

Relatório
de Governo
Societário

2018

Parques de
Sintra - Monte
da Lua S.A.

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo).....	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas.....	3
III.	Estrutura de capital.....	6
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas.....	7
V.	Órgãos Sociais e Comissões.....	7
	A. Modelo de Governo.....	7
	B. Assembleia Geral.....	7
	C. Administração e Supervisão.....	8
	D. Fiscalização.....	10
	E. Revisor Oficial de Contas (ROC).....	13
	F. Conselho Consultivo (caso aplicável).....	13
	G. Auditor Externo (caso aplicável).....	13
VI.	Organização Interna.....	14
	A. Estatutos e Comunicações.....	14
	B. Controlo interno e gestão de riscos.....	16
	C. Regulamentos e Códigos.....	18
	D. Deveres especiais de informação.....	19
	E. Sítio na Internet.....	19
	F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral.....	20
VII.	Remunerações.....	20
	A. Competência para a Determinação.....	20
	B. Comissão de Fixação de Remunerações.....	20
	C. Estrutura das Remunerações.....	21
	D. Divulgação das Remunerações.....	21
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras.....	22
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.....	22
X.	Avaliação do Governo Societário.....	29
XI.	ANEXOS DO RGS.....	30



I. Síntese (Sumário Executivo)

À Parques de Sintra — Monte da Lua, S. A. (PSML), sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada em 2000 na sequência da classificação da Paisagem Cultural de Sintra como Património da Humanidade, foi confiada a gestão dos mais importantes valores públicos, naturais e culturais, situados naquela zona classificada, para que procedesse à sua recuperação, requalificação e revitalização, abrindo-os à fruição pública e potenciando a sua valência turística.

Em 2007, pelo DL 292/2007, a empresa recebeu para gestão o Palácio Nacional da Pena e o contrato de concessão do Hotel do Palácio de Seteais.

Em 2012, pelo DL 205/2012, a empresa recebeu também a gestão dos Palácios Nacionais de Sintra e Queluz.

Pelo mesmo DL 205/2012, a PSML recebeu ainda as atribuições de serviço público delegadas pelo Estado relativas à manutenção e desenvolvimento das atividades da Escola Portuguesa de Arte Equestre (EPAE).

Quanto ao modelo de governo societário, a PSML adota o modelo monista com um Conselho de Administração constituído por 3 administradores executivos.

No exercício de 2018 a PSML deu cumprimento às instruções relativas à contratação de pessoal e vencimentos e no âmbito da Contratação Pública realizou os procedimentos de aquisição recorrendo à Plataforma de Contratação Pública Vortal. No processo administrativo a PSML deu continuidade ao projeto de desmaterialização e workflow de Gestão Documental para todas as aquisições e avançou com o desenvolvimento, na mesma ferramenta, de mais funcionalidades para a aprovação de documentos de suporte às decisões do Conselho de Administração, nomeadamente a criação de um controlo orçamental automático de acordo com Plano de Atividades e Orçamento, no início de cada processo de aquisição. A autonomização dos serviços jurídicos trouxe eficiências na Contratação Pública diminuindo por completo os serviços externos nesta área e assegurou um processo segregado. Automatizaram-se alguns controlos da receita e foram implementados serviços de Gateway de pagamentos mais eficientes (menor custo e controlo mais fácil). A PSML incentiva de forma objetiva que os recebimentos não sejam realizados em numerário mas em cartões ou de outra forma eletrónica. Está em revisão o sistema de recolhas e tratamento de valores.

Em outubro de 2018 foi implementado um tarifário anual, em que se mantiveram os preços praticados na época alta anterior permitindo enriquecer a oferta com serviços complementares à visita. Prevê-se que este tarifário se mantenha ao longo de todo o ano de 2019. Estes serviços incidem essencialmente no objetivo da dispersão espacial e temporal dos visitantes de uma busca constante pela modernização e o desenvolvimento de soluções tecnológicas que venham agilizar processos que assegurem a melhoria contínua das condições de acolhimento e da qualidade da visita a par com otimização da eficiência dos serviços foram e serão pontos estratégicos.

Deu continuidade às sessões de formação de Contratação Pública e iniciou o projeto para uma gestão eficaz dos dados pessoais.

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. A PSML tem como missão a de gerir os mais importantes valores naturais e culturais situados na zona da Paisagem Cultural de Sintra e em Queluz: o Parque e o Palácio da Pena, os Jardins e o Palácio de Monserrate, o Castelo dos Mouros, o Convento dos Capuchos, o Jardim e o Chalet da Condessa d'Edla e, desde 2012, os Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz e a Escola Portuguesa de Arte Equestre sediada nos Jardins históricos de Queluz, – e com apresentações no Picadeiro Henrique Calado, na Calçada da Ajuda (Belém). Em 2017 a Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A. aumentou o seu âmbito de gestão com a afetação de mais território e mais equipamentos, por parte do Estado. Nomeadamente foram afetados à sua gestão o Farol do Cabo da Roca e os edifícios adjacentes, o Convento da Peninha, edifícios adjacentes e acessos e a zona do Perímetro Florestal junto ao Convento dos Capuchos (70 hectares), em 2018 os equipamentos sob gestão da PSML já incluíram Tapada do Schindler, Tapada do Borges, Tapada do Inhaca, Tapada do Mouco, Tapada do

Ramalhão, Tapada dos Bichos, Tapada do Saldanha/Quinta da Penha Longa, Parque das Merendas, Mata da Trindade, Matinha de Queluz, Mont Fleuri, Perímetro Florestal da Serra de Sintra, Perímetro Florestal da Penha Longa, Tapada das Roças, Tapada do Saldanha e Quinta da Amizade/Vila Sassetti.

A prossecução da gestão destas propriedades envolve a sua recuperação, requalificação, revitalização, conservação, investigação, divulgação e exploração, abrindo-as à fruição pública e potenciando a sua valência turística.

A orientação da PSML, na sua visão e valores, é visível na:

Preocupação com a Paisagem Cultural de Sintra – não se limitar à gestão das propriedades que lhe foram inicialmente confiadas mas a preocupar-se com a conciliação de intervenções e a mobilização dos proprietários privados e da sociedade portuguesa em geral sobre a salvaguarda e valorização da Paisagem Cultural de Sintra.

Sustentabilidade económica – é nas fontes de receita (visitantes e outras atividades económicas) da Parques de Sintra e nos incentivos económicos disponibilizados que é assegurado o cumprimento do seu objeto.

Excelência de gestão de parques históricos – ambicionar ser a melhor empresa gestora de parques históricos em Portugal.

Informação, Organização e Acessibilidade – desenvolver o conhecimento e informação sobre as propriedades geridas pela Parques de Sintra e Paisagem Cultural de Sintra, organização da empresa por centros de resultados e projetos e promoção de melhor acessibilidade aos parques e monumentos de Sintra.

2. As políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia da PSML são:

- 1) *Implementar uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes padrões de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;*
- 2) *Adotar práticas de gestão, segundo os princípios das boas práticas de governo das empresas públicas;*
- 3) *Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência de desempenho, através da utilização de práticas empresariais de referência.*

a) Os principais objetivos da PSML são:

1. *Crescimento da atividade, através do número de visitantes;*
2. *Aumentar o nível de eficiência nas áreas geridas pela PSML;*
3. *A continuação da recuperação do património edificado e a revitalização de zonas degradadas;*
4. *A continuação da requalificação das zonas paisagísticas;*
5. *A investigação, tendo como objetivo fazer mais e melhor.*

b) *Apesar de não terem sido definidos objetivos para os exercícios posteriores a 2017, a proposta de PAO de 2018 teve como pressupostos gerais a prossecução da evolução dos mesmos indicadores com mesma amplitude/grau de exigência.*

Grau de consecução dos objetivos:



Objetivos de Gestão	Unidade	Peso	2018 PAO	2018 Execução
N.º de Visitas Anuais	número	20%	3.448.241	3.513.200
Projetos Recuperados	número	20%		
volume de Negócios (VN)	milhares €	10%	33.245	34.428
Margem EBITDA	%	10%	49,4%	47,5%
Resultado Líquido	milhares €	10%	8.893	9.168
Peso dos Gastos no VN	%	20%	50,7%	50,9%
Eficiência	%	10%	104,1%	108,9%

Nota: não foi quantificado objetivo de Projetos Recuperados. A PSML propõe que o cumprimento do objetivo seja o nível de investimento realizado na recuperação de Património construído e natural tendo como meta o valor proposto no PAO de cada exercício.

O aumento do Número de Visitas Anuais, face ao previsto no PAO de 2018, foi de 1,8% que representa um aumento relativo ao homólogo de 10%. Deste um aumento resulta um crescimento do Volume de Negócios, em cerca de 3,2% face ao PAO de 2018 evidenciando uma consequência da estratégia da Administração de diversificação das fontes de receita.

O indicador da Margem do EBITDA sofreu uma diminuição quer por via do aumento do Volume de Negócios, que é superior, quer por via da diminuição do EBITDA. O EBITDA executado foi inferior ao proposto em -89.362 euros como resultado principal do aumento da rubrica de FSE que teve na origem de um aumento de 0,2% no Peso dos Gastos no Volume de Negócios tenha subido 0,2%.

b) Evidenciando a execução do Plano de Atividades e Orçamento de 2018, apresenta-se o seguinte quadro:

	2018 - PAO	2018 - Executado	Desvios
EBITDA	16.431.173	16.341.811	-89.362
Resultado Líquido	8.892.871	9.168.177	275.306
Investimento	19.390.736	7.023.325	-12.367.411
Gastos com o Pessoal	7.761.410	5.720.592	-2.040.818
Quadro de Pessoal	418	269	-149
Endividamento	0	0	0

Relativamente ao desvio registado no EBITDA no montante de -89.362 euros deve-se especificamente a 2 efeitos de sinal contrário. O efeito positivo no EBITDA foi o aumento do Volume de Negócios no valor de 1.183 mil euros e o efeito negativo registado foi o aumento da rubrica dos gastos com FSE em -2.611 mil euros. O aumento da rubrica de FSE tem explicação em 1.296 mil euros nos gastos em trabalho temporário. O facto do quadro de pessoal não ter aumentado conforme previsto e o aumento de atividade registado quer em número de visitantes quer em Património sob gestão tornou necessário a PSML recorrer a serviços de trabalho temporário e a outros serviços por forma a poder manter a operação em funcionamento, cumprindo a missão que lhe foi confiada.

As dificuldades na execução dos projetos de investimentos programados no PAO de 2018 estão identificadas:

- 1. Na necessidade de sucessivas aprovações por entidades terceiras que demoram muito tempo a concretizar a validade do projeto;*
- 2. A falta de recursos humanos para a quantidade de projetos propostos a executar;*
- 3. A complexidade e a componente arqueológica de quase a totalidade dos projetos, muitas vezes atrasa a execução programada dos mesmos.*

3. Os fatores-chave de que dependem os resultados da PSML são:
1. O número de visitas aos espaços e equipamentos sob gestão da PSML
 2. O crescimento do turismo em Portugal
 3. Uma estrutura de Recursos Humanos qualificada
4. A empresa encontra-se de acordo com a Lei Orgânica do Governo e das respetivas delegações de competências submetidas às Tutelas setoriais da Secretaria de Estado da Conservação e Ordenamento do Território e da Secretaria de Estado da Agricultura e Pescas que definem as orientações concretas em termos de objetivos quer no domínio do Património Construído quer no domínio do Património Natural. A atuação em conformidade com estas orientações é evidenciada com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento.

III. Estrutura de capital

1. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 250.000 ações com o valor nominal de 10,00 euros, cada, detido conforme segue:

Acionistas	Participação	Ações (#)	Capital Social (€)
Estado	35%	87.500	875.000
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	35%	87.500	875.000
Turismo de Portugal	15%	37.500	375.000
Câmara Municipal de Sintra	15%	37.500	375.000
Total	100%	250.000	2.500.000

2. As alterações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações têm de ser realizadas através de Decreto-Lei.

No sentido de reestruturar a empresa e com o objetivo de permitir a sua viabilidade económica, regularizando o passivo apurado no ano de 2005, os acionistas da PSML decidiram, por deliberação unânime da Assembleia Geral de 15/09/2006, a realização de prestações acessórias. As prestações foram realizadas pelas seguintes entidades:

Acionistas	Prestações acessórias (€)
Instituto da Conservação da Natureza	5.060.000
Turismo de Portugal	1.380.000
Instituto Português do Património Arquitetónico	1.380.000
Câmara Municipal de Sintra	1.380.000
Total	9.200.000

No Ano de 2017 foi decidido em Assembleia Geral, 22 de junho de 2017, proceder ao reequilíbrio das prestações acessórias até as percentagens relativas ficarem iguais à da participação no Capital Social da Parques de Sintra. Assim a PSML procederá à restituição em 3 anos, com início no exercício de 2017, do montante da prestação acessória do acionista Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. em excesso relativo à da sua participação no Capital Social. O valor anual a restituir é de 473.000 euros. O registo das prestações acessórias a 31 de dezembro de 2018 é o seguinte:

Acionistas	Prestações accessórias (€)
Instituto da Conservação da Natureza	4.186.000
Turismo de Portugal	1.380.000
Instituto Português do Património Arquitectónico	1.380.000
Câmara Municipal de Sintra	1.380.000
Total	8.326.000

Resultante também de deliberação na Assembleia Geral, de 29 de Março de 2018, a Distribuição de dividendos aos acionistas no montante de 3.000.000 euros do Resultado Líquido de 2017.

- 3. Não existem acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e possam conduzir a eventuais restrições.*

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

- 1. A PSML não detém participações sociais nem Obrigações de outras entidades.
 - a. Os órgãos de administração não detém participações qualificadas noutras entidades.**
- 2. Durante o exercício de 2018 a PSML não adquiriu nem alienou nenhuma participação social. Os seus acionistas mantiveram as suas participações não se registou nenhuma alteração na composição social da PSML.*
- 3. Os órgãos de administração e fiscalização não detém nenhuma participação social na PSML.*
- 4. Não existem relações de natureza comercial entre a PSML e os seus detentores de capital. Existe uma parceria com a Câmara Municipal de Sintra para a promoção do destino de Sintra, que se materializa na divisão dos gastos com as feiras promocionais.*

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

Quanto ao modelo de governo societário, a PSML adota o modelo monista com um Conselho de Administração constituído por 3 administradores executivos. <https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/quem-somos/conselho-administracao-2018-2020/>

- 1. Com a DSUE de 20 de setembro de 2018, os Estatutos da PSML foram alterados nomeadamente no modelo de fiscalização, passando a ser constituídos:
 - a. Mesa da Assembleia Geral*
 - b. Conselho de Administração Executivo*
 - c. Conselho Fiscal*
 - d. ROC**A empresa recorre também ao apoio de um Conselho Científico constituído por especialistas de renome em cada uma das suas principais áreas de atuação: Património natural e construído; Arqueologia; Ambiente; e Ordenamento do Território - não é remunerado.**

B. Assembleia Geral

- 1. Com a DSUE de 20 de setembro de 2018 iniciaram o segundo mandato o Presidente da mesa da Assembleia Geral o Mestre Paulo Jorge Duarte Gomes e os Secretários Dr.ª Ana Elisabete de Assunção Militão e a Dr.ª Ana Paula Fernandes dos Santos.*

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2018-2020	Presidente	Paulo Jorge Duarte Gomes	DUE	20/09/2018
2018-2020	Secretária	Ana Elisabete de Assunção Militão	DUE	20/09/2018
2018-2020	Secretária	Ana Paula Fernandes dos Santos	DUE	20/09/2018

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

2. *As deliberações dos acionistas que devem ser tomadas por maioria qualificada são as que se encontram legalmente previstas. Não estão previstas nos estatutos da empresa nenhuma matéria que obriguem a deliberações por maioria qualificada*

C. Administração e Supervisão

1. *O Conselho de Administração Executivo é composto por um Presidente e dois Vogais Executivos, eleitos em Assembleia Geral por DUE. O Presidente do Conselho de Administração é escolhido pelos Acionista por maioria qualificada de dois terços do capital.*
2. *Composição do Conselho de Administração Executivo: o mandato é de 3 anos podendo ser renovado até ao limite de três vezes*

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma (1)	Data	Entidade de Origem	(O/D) (2)
2015-2017	Presidente	Dr. Manuel Ba	AG	08/05/2015	CTT	PSML
2018-2020	Presidente/Vogal	Dr.ª Sofia Cru	DUE/AG	20/09/2018		
2018-2020	Vogal	Dr. José Lino	DUE/AG	20/09/2018		
2018-2020	Vogal	Dr.ª Dorabela	DUE/AG	20/09/2018		

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [número mínimo] / [número máximo]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D – Origem / Destino

3. *Os 3 membros do Conselho de Administração são membros executivos.*
4. *Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração:*

Florinda Sofia Augusto Cruz (Presidente)

Licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, era, desde novembro de 2013, Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Sintra. Ocupou também funções como Assessora Parlamentar do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e Adjunta com funções de Chefe do Gabinete em substituição do Ministro da Justiça do XVIII Governo Constitucional, entre outros cargos.

Dorabela Baptista Gonçalves Charneca (Administradora)

Licenciada em Economia (1992), com Pós-Graduação em Sistemas e Tecnologias de Informação (1998) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão e Pós-Graduação em Facility Management pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (2016). Membro da Direção da Associação



Portuguesa de Facility Management (triênio 2016-2019) e da Comissão Técnica CT-192 para a Normalização.

Ocupou funções no Grupo SIBS, com especial enfoque na gestão de ativos imobiliários, procurement e controlo financeiro.

José Lino Fonseca Ramos (Administrador)

Licenciado em Direito desde 1993, com Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Autónoma de Lisboa, Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas da Universidade Católica, frequência em Pós-Graduação em Direito do Património Cultural da Universidade de Direito de Lisboa. Vereador da Câmara Municipal de Sintra, entre 2002/2013. Governador Civil de Lisboa. Foi Administrador de várias empresas públicas, nomeadamente da Sanest – Saneamento da Costa do Estoril, SA., da TratoLixo – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM., e AMTRES – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos. Membro da Direção da Associação de Turismo de Lisboa, entre 2011/2013. Deputado da Assembleia da República na XII legislatura, tendo sido vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros; Coordenador da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Obras Públicas; membro da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Economia.

5. *As evidências estão anexas a este relatório onde é incluído cópia das declarações de cada um dos membros do órgão de administração, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse bem como a evidência da apresentação das declarações ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF.*
6. *Não existem quaisquer relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas.*
7. *Na Ata n.º748 do CA de 20 de setembro de 2018 foi definida a Delegação de poderes dos Administradores de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade:*

Delegar na Presidente do Conselho de Administração Dr.ª Sofia Cruz, poderes de gestão e direção das seguintes direções, áreas ou unidades da PSML:

- a) *Serviços Jurídicos;*
- b) *Recursos Humanos;*
- c) *DTPC – Direção Técnica Património Construído;*
- d) *DTPN – Direção Técnica Património Natural;*
- e) *Projetos Especiais;*
- f) *Área de Relações Institucionais;*
- g) *Área de Eixo Verde e Azul;*
- h) *Palácio Nacional da Pena e Monserrate;*

2. Delegar no Vogal Conselho de Administração Dr. Lino Ramos, poderes de gestão e direção das seguintes direções, áreas ou unidades da PSML:

- a) *Comunicação e Informação;*
- b) *DDAV – Direção de Divulgação e Apoio ao Visitante;*
- c) *Escola Portuguesa de Arte Equestre;*
- d) *Palácio Nacional de Queluz;*

3. Delegar na Vogal do Conselho de Administração Dr.ª Dorabela Charneca, poderes de gestão e direção das seguintes direções, áreas ou unidades da PSML:

- a) DAF - Direção Administrativa e Financeira;
- b) Segurança;
- c) Palácio Nacional de Sintra;
- d) Direção Informática.

A delegação de competência inclui os poderes necessários para cada um dos Administradores delegados, individualmente, no âmbito da respetiva delegação (isto é, da respetiva Direção, área ou unidades), nomeadamente:

- a) Representar a Sociedade perante terceiros, no âmbito da respetiva delegação;
- b) Assinar e receber correspondência dirigida à Sociedade, no âmbito da respetiva delegação;
- c) Negociar, celebrar, alterar e fazer cessar contratos, transações e compromissos que de algum modo respeitem às direções, áreas ou unidades, cujos poderes lhes foram delegados;
- d) Constituir procuradores no âmbito dos poderes integrados na respetiva delegação;
- e) Os poderes para movimentar contas de depósito à ordem em qualquer banco ou estabelecimento bancário, podendo, designadamente e quanto a essas contas, assinar cheques, ordens de pagamento ou de transferência ou qualquer outro documento ou expediente bancário que determine a movimentação das referidas contas;
- f) Os poderes atribuídos incluem os poderes para autorizar despesa e aprovar o pagamento de despesas e outros encargos de natureza financeira, em nome da Sociedade, sujeito ao limite de € 5.000,00 (cinco mil euros);
- g) Os poderes atribuídos para autorizar despesa e aprovar o pagamento de despesas e outros encargos de natureza financeira referidos na alínea e) anterior, inclui os poderes bancários, para ordenar tais pagamentos, dentro dos limites indicados.

A presente delegação de poderes não afasta os poderes da Presidente do Conselho de Administração, para com a sua assinatura, nos termos do artigo 18.º dos Estatutos, obrigar e vincular a Sociedade.

8. Funcionamento do Conselho de Administração:
- a) O Conselho de Administração realizou 48 reuniões durante o exercício de 2018. Todas as reuniões do Conselho de Administração foram realizadas com a participação de todos os Administradores;
 - b) Nenhum dos membros do Conselho de Administração acumula funções em simultâneo em outras entidades;
 - c) A Assembleia Geral é responsável pela avaliação de desempenho dos administradores executivos bem como as respetivas Tutelas. Os objetivos e critérios pré-determinados para a avaliação dos administradores devem constar do contrato de gestor público, que se encontra na Tutela.
 - d) Não existem comissões no órgão de administração.

D. Fiscalização

1. A fiscalização da atividade social da PSML compete ao Conselho Fiscal e ao ROC
2. Composição do Conselho Fiscal:
 - a. Três membros efetivos, um Presidente e dois vogais com duração estatutária do mandato de 3 anos, com dois membros. A data da primeira designação foi a 20 de setembro de 2018 e data do termo de mandato para todos os membros é 31/12/2020.



Handwritten signature

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2018-2020	Presidente	Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira	DUE/AG	20/09/2018
2018-2020	Vogal Efetivo	Maria de Fátima Pereira Vinagre	DUE/AG	20/09/2018
2018-2020	Vogal Efetivo	Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barreira	DUE/AG	20/09/2018

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [número mínimo] / [número máximo]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

3. Apresentação de elementos curriculares:

Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barreira

Data de nascimento: 5 de agosto de 1969

Habilitações Académicas e Actividade Profissional

Licenciada em Gestão e Administração de Empresas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em 1992, pertence ao quadro de pessoal da Inspeção Geral de Finanças (Autoridade de Auditoria) desde 1993 até à data atual, na área de Controlo Empresarial de Empresas Públicas e Privadas, integrando no período de 2008 a 2015, a equipa de Controlo do Setor Empresarial Local na mesma entidade.

De dezembro de 2005 a julho de 2006, por convite do Senhor Inspector-Geral de Finanças, participou no Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), constituindo um dos cinco elementos do grupo responsável pela reestruturação do Ministério das Finanças.

Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira

Data de nascimento: 27 de janeiro de 1965

Habilitações Académicas e Actividade Profissional

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (U.C.P.), em 1988; Pós-licenciatura em Estudos Europeus - Dominante Jurídica, do Centro de Estudos Europeus da U.C.P. (1992); Cédula profissional de advogado n.º 8690, pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados Portugueses (inscrição suspensa desde 1/01/1994);

Técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas do mapa de pessoal da Direção-

-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), exercendo funções de apoio jurídico na Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação/Divisão de Assuntos Jurídicos e Coordenação [desde maio/2018]. Secretário-geral adjunto do Ministério da Justiça, nomeado em comissão de serviço, na sequência de concurso da CRESAP (de 2013 a 2018), e, anteriormente, em regime de substituição (2011 a 2013) [de novembro/2011 a maio/2018]. No exercício destas funções, foi responsável, mediante delegação de competências dos secretários-gerais do Ministério da Justiça, pelas seguintes áreas de atribuições e de atuação da SGMJ e pela coordenação das respetivas unidades orgânicas: Direção de Serviços Jurídicos e de Contencioso (DSJC) e Unidade de Compras do Ministério da Justiça (UCMJ). Técnico superior da DGTF, exercendo funções de apoio jurídico no Gabinete de Apoio e Coordenação [de jan/2011 a out/2011]; Diretor-coordenador da Área de Recursos Humanos (do Serviço Nacional de Saúde) da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (cargo dirigente intermédio de 1.º grau) [de mar/2008 a dez/2011]; Técnico superior da DGTF, exercendo funções de apoio jurídico no Gabinete de Apoio e Coordenação [de mai/2007 a fev/2008]; Subdiretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (cargo dirigente superior de 2.º grau) [de jul/2004 a abr/2007]; Diretor do Gabinete de Estudos da Direção-Geral da Administração Extrajudicial (cargo dirigente intermédio de 2.º grau) [de set/2001 a jun/2004]; Coordenador do Gabinete Jurídico da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (cargo dirigente intermédio de 2.º grau) [de jul/1997 a ago/2011]; Técnico superior da Direção-Geral do Tesouro [de 1993 a 1995] e da Direção-Geral do Património [de 1995 a 1997]; Estágio e exercício de advocacia [de 1988 a 1993]. Serviço Militar cumprido no Regimento de Comandos (Amadora), tendo passado à disponibilidade no posto de alferes miliciano de

Infantaria “COMANDO” [1990/1991]. CAGEP - Curso Avançado de Gestão Pública (INA, 2012), FORGEP - Programa de Formação em Gestão Pública (INA, 2010), Seminário de Alta Direção (INA, 2005) e outra formação diversa nas seguintes áreas: administração nas sociedades anónimas, regime de responsabilidade dos dirigentes da Administração Pública, Direito Administrativo (gracioso e contencioso), logística, contratação pública, administração financeira do Estado, contabilidade pública, regime jurídico dos trabalhadores públicos, avaliação do desempenho, mediação familiar e comercial e proteção de dados pessoais. Inscrito no curso (e-learning) “Plano Global de formação em SNC –AP” (INA e UniLEO).

Fátima Vinagre

Data de nascimento: 23 de Maio de 1963

Habilitações Académicas e Actividade Profissional

Licenciada de Contabilidade e Administração em Gestão pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração, 1986, realizou Programa Geral de Gestão pela Universidade Católica Portuguesa, 2017, pertence Conselho Fiscal da empresa ESTAMO, Participações Imobiliárias, S.A. – Desde Julho de 2018, como membro dos Órgãos Sociais com a função de Presidente do Conselho Fiscal e como de Vogal do Conselho Fiscal da empresa Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A. – Desde Novembro de 2018. Administradora da DISTRIMARKET, S.A. (Setor distribuição alimentar) - PME pertença de Holding Empresarial que gere diferentes negócios e marcas, de 2016 a Junho de 2018, Gerente da FILMd, Lda. (Setor audiovisual, com ± 20 colaboradores), de 2012 a 2015. Administradora Tobis Portuguesa (Soc. anónima de capitais públicos, com ± 70 colaboradores), Diretora Administrativa e Financeira da Young & Rubicam Publicidade (Portugal), de 1996 a 2006

4. Não foram definidos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.
5. Não foram definidas outras funções dos órgãos de fiscalização.
6. Os membros do Conselho Fiscal, consideram-se independentes uma vez que não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontram em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

a) Ser titular ou actuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade;

b) Ter sido reeleita por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

7. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal:

a) Número de reuniões realizadas em 2018 e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro:

Nº de Reuniões	Local de realização	Intervinientes na reunião	Ausências dos membros do Órgão de Fiscalização
1	Sede PSML	Dr.ª Sofia Cruz Dr.ª Dorabela Charneca Dr. Paulo Fonseca Dr. Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira Dra. Maria de Fátima Pereira Vinagre Dra. Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barrela	
2	DGTF	Dr. Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira Dra. Maria de Fátima Pereira Vinagre Dra. Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barrela	

- b) Os membros daqueles órgãos no decurso do exercício declaram não exercer cargos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, nem exercer outras atividades relevante no decurso do exercício.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Uma vez que não foi designado novo ROC no seguimento da DUE, o anterior manteve-se em funções:

ÓRGÃO DESIGNADO: FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA – nº 125

NIF/NIPC: 503253316

Residência/Sede: Rua Abranches Ferrão, 10, 6º G

1600 - 001 Lisboa

Cargo: Fiscal efetivo representado por Pedro Nuno Ramos Roque – ROC nº 828

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome: JAIME MATOS, CASTANHEIRA GUILHERME E MARTINS DA SILVA SROC – nº 167

NIF/NIPC: 504766112

Cargo: Fiscal suplente representado por Jaime Abrantes Silva Matos – ROC nº 556

2. O R.O.C. exerce, consecutivamente, as funções de Fiscal Único desde o exercício de 2006. Uma vez que a empresa não se configura com “Entidade de Interesse Público” o limite de 7 anos previsto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 225/2008 de 20 de novembro não se aplica.

3. Número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente: 4

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2014-2017	ROC	CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE SROC LDA	125	20161443	AG	21/05/2014	21/05/2014	n.a.	4
2014-2017	ROC	Dr. Pedro Nuno Ramos Roque	828	20160456	AG	21/05/2014	21/05/2014	n.a.	4
2014-2017	ROC	JAIME MATOS, CASTANHEIRA GUILHERME E MARTINS DA SILVA, SROC	167	20161473	AG	21/05/2014	21/05/2014	n.a.	4
2014-2017	ROC	Dr. Jaime Abrantes da Silva Matos	556	20160218	AG	21/05/2014	21/05/2014	n.a.	4

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Nome	Remuneração Anual 2018 (€)
	Bruta
CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE SROC LDA	7.200,00

4. Não foram prestados pela SROC à PSML outros serviços para além da Certificação Legal de Contas.

F. Conselho Consultivo (caso aplicável)

1. Não é aplicável

G. Auditor Externo (caso aplicável)

1. Não é aplicável

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. As alterações dos estatutos da Sociedade têm de ser aprovadas por Decreto-Lei, em Assembleia Geral.
2. Todas as irregularidades são comunicadas à Administração através de vários canais de comunicação como sendo o e-mail ao Conselho de Administração (ca@parquesdesintra.pt) e carta. As irregularidades de origem externa têm como principal canal o e-mail info@parquesdesintra.pt – está presente no site e encontra-se divulgado em todos os suportes de comunicação.
3. A PSML dispõe de um plano de prevenção de riscos de gestão em documento autónomo, incluindo risco de corrupção e infrações conexas, o qual estabelece as várias políticas e ferramentas usadas para o efeito. Este encontra-se disponível no sítio: <http://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/informacao-financeira/relatorio-anti-corrupcao/>

O Plano de prevenção de riscos de gestão estabelece e identifica as seguintes áreas de risco bem como as políticas e as ferramentas:

1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Apresentação da informação técnica fundamentada por parte dos colaboradores intervenientes no processo, em todas as aquisições de bens e serviços/ empreitadas: justificação da necessidade; estimativa de custo; proposta do tipo de procedimento a adotar e de fornecedores a consultar dentro das regras acima referidas

Os fornecedores a consultar devem ter currículo adequado à prestação requerida, justificado por informação existente na empresa ou colhida no mercado

Aprovação da Proposta de Aquisição ou Pedido de Abertura de Procedimento por parte do Conselho de Administração, que fixa simultaneamente o responsável pelo processo, em especial pela elaboração dos documentos concursais. Esta aprovação é publicitada na plataforma eletrónica (Vortal)

Explicitação clara e completa das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos

Definição clara dos critérios de avaliação das propostas com carácter objetivo e baseados em dados quantificáveis e comparáveis

Por regra, deve ser utilizado o critério do mais baixo preço, salvo justificação técnica adequada

Aprovação dos documentos concursais (programa de concurso, convite, caderno de encargos e anexos) por parte do Conselho de Administração

O técnico responsável pelo processo deve assegurar que os fornecedores consultados não são divulgados dentro da empresa e entre si, em todas as fases do procedimento

Assegurar no contrato um clausulado claro e rigoroso, que preveja as obrigações de todas as partes, a avaliação de cumprimento das obrigações, sanções de incumprimento, prestação de garantias, calendário de execução e regras de rescisão

Aprovação do contrato e respectivo plano de pagamentos por parte do Conselho de Administração

Assegurar a prestação de garantia, nos casos aplicáveis, previamente à assinatura do contrato



A execução de trabalhos a mais ou a menos deve ser justificada, no caso de empreitadas, e aprovada pelo Conselho de Administração

Publicitação de documentos de adjudicação e contratação na plataforma electrónica (Vortal) e do contrato no Portal Base

Fiscalização regular da execução do contrato que assegure a sua rigorosa execução física, financeira e temporal, com registo de todas as decisões tomadas

Conferência pelo responsável pelo processo de que os documentos de despesa apresentados, correspondem à entrega de bens ou à prestação de serviços/empreitadas em conformidade com o contrato

Validação da conferência anterior por parte de pessoa diferente (da mesma área e com nível hierárquico igual ou superior)

Envio de advertências em devido tempo ao fornecedor/prestador de serviços no caso de se detetarem situações irregulares

2. GESTÃO COMERCIAL

Informatização de todo o fluxo de venda de bilhetes e de controlo de acessos

Informatização de todo o fluxo de aquisição e venda de produtos em lojas e cafetarias

Controlo diário das caixas, registos de vendas com entradas de dinheiro

Controlo dos locais de venda através de sistema de videovigilância

Rotatividade dos colaboradores das áreas comerciais

Realização de auditorias internas às bilheteiras e locais de venda nas lojas e cafetarias e stocks

Justificação de preços contratados nos alugueres de espaços e serviços conexos e na comercialização de produtos florestais, quando não previstos nos preços indicativos aprovados pela Administração

3. RECURSOS HUMANOS

Exigência de que os participantes no processo de recrutamento não têm relações de proximidade com algum dos candidatos, através de declaração dos próprios participantes

Justificação das decisões tomadas nas várias fases de recrutamento

Justificação das decisões tomadas na contratação de cada colaborador após o período experimental, na renovação de contrato de trabalho/passagem a contrato sem termo e na progressão de carreira

Exigência de que os participantes no processo de avaliação não têm relações de proximidade com algum dos avaliados, através de declaração dos próprios participantes

4. GESTÃO FINANCEIRA

Verificação de autorização conferência e validação dos documentos de despesa e processamento de ordenados anteriormente ao pagamento

Monitorização interna de desvios em relação ao plano de pagamentos anexo a cada contrato

Realização de auditorias externas

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. *A empresa implementou diversos procedimentos de controlo interno (SCI) compatíveis com a sua dimensão e complexidade com o objetivo de proteger os investimentos e os seus ativos:*
 - a. *da cobrança de receitas, fundamentalmente bilhetes de entrada, venda de artigos de cafetaria e loja*
 - b. *do controlo de acessos por parte de visitantes*
 - c. *da segurança das instalações e espaços naturais*
 - d. *da prevenção da corrupção (Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas)*
 - e. *da prevenção de incêndios e planos de evacuação*
 - f. *de antecipação de alterações atmosféricas em articulação com a Proteção Civil*
 - g. *de acompanhamento do mercado turístico*
2. *Pessoas responsáveis pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco:*
 - a. *Administração*
 - i. *não tem dependência hierárquica – nomeação pelos acionistas*
 - b. *Responsáveis pela elaboração do plano de riscos, sua aplicação e revisão*
 - i. *Técnica Oficial de Contas – dependência da DAF – mas que reporta sobre estas matérias diretamente à Administração*
 - ii. *Jurista – dependência da Administração – mas que reporta sobre estas matérias diretamente à Administração*

Responsáveis nas áreas de potencial risco de corrupção:

- c. *Contratação pública*
 - i. *Responsáveis pelos centros de gestão envolvidos no planeamento da contratação, nos procedimentos pré-contratuais e na preparação e execução de contratos*
 - ii. *Responsável pela Direção Administrativa e Financeira*
- d. *Gestão Comercial*
 - i. *Responsáveis pelos centros de gestão das áreas comerciais: Bilheteiras, Lojas, Cafetarias e outras*
 - ii. *Administração do sistema de bilhética (responsável pela área de Informática e responsável pela Direção Administrativa e Financeira)*
 - iii. *Administração do sistema de venda de produtos de lojas e cafetarias (responsável pela área de Informática e responsável pela Direção Administrativa e Financeira e responsáveis pelos centros de gestão das áreas comerciais)*
 - iv. *Responsável pela Direção Administrativa e Financeira*
- e. *Recursos Humanos*
 - i. *Responsável pela área de Recursos Humanos*
 - ii. *Responsáveis pelas áreas que originem necessidades de recrutamento e de avaliação de colaboradores*
 - iii. *Outros intervenientes nos processos de recrutamento e avaliação*
- f. *Gestão Financeira*
 - i. *Responsáveis pelos centros de gestão*
 - ii. *Responsável pela Direção Administrativa e Financeira*

iii. Conselho Fiscal

iv. ROC

3. O plano de prevenção de riscos de gestão identifica os riscos que devem ser mitigados e não lhes atribui um nível de risco. A PSML está a proceder a uma caracterização dos riscos já identificados a partir dos critérios técnicos da FERMA. Está previsto um trabalho em parceria com o ISEG com a elaboração de um Manual de Gestão de Risco durante o mês de abril de 2019. Uma vez que não existiram ocorrências em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 não foram elaborados os respetivos Relatórios de 2014, de 2015, de 2016, de 2017 e de 2018. As ocorrências registadas no passado deram origem a novos procedimentos de controlo interno por forma não permitir novas situações e eliminando o risco específico.

4. Organograma

Encontra-se disponível no sítio:

https://www.parquesdesintra.pt/wp-content/uploads/2017/09/Organograma_PSML.pdf

5. Todas as áreas funcionais foram identificadas no controlo de riscos.

6. A empresa encontra-se exposta a riscos económicos, riscos financeiros, riscos operacionais e riscos jurídicos:

a. Risco Económico:

i. Redução dos turistas em Sintra

ii. Com o objetivo de quantificar o risco a PSML recorreu à plataforma online de Gestão Transparente.org., obtendo como resultado um risco moderado:



Organização	Dimensão	Entidade:
	Large	Entidade privada Com capitais públicos
Países	Sede	Países com quem desenvolve negócios
	Portugal	Brasil Espanha Portugal Estados Unidos da América França Reino Unido
Setores	Sector actividade	Áreas de actividade de entidades com quem realiza negócios
	Serviços ao Consumidor	Obras Públicas e Construção Setor Florestal Serviços ao Consumidor
Adm. Pública	Relaciona-se?	Formas
	Sim	Requerimento de licenças/autorizações/concessões
Intermediários	Utiliza?	Tipo
	Não	
Parceiros	Negócios em parceria?	Tipo
	Não	



b. Risco Financeiro

i. Roubos de valores e mercadorias nos postos de venda.

c. Risco Operacional

Handwritten signature in blue ink.

estrangeiros) e fornecedores, especificamente: <https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/informacao-financeira/manual-de-controlo-interno/> e em <https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/codigo-de-etica/> . Todas as aquisições realizadas pela PSML são executadas ao abrigo do Código de Contratação Pública garantindo um tratamento equitativo a todos os fornecedores. Toda a informação dos serviços/bilhetes e preçários é prestada aos visitantes/clientes de forma clara, concreta e em diversos locais.

3. A PSML elaborou o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (Incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas) com o objetivo de prevenir fraudes internas e externas. Este regulamento aplica-se a todos os colaboradores qualquer que seja o seu vínculo laboral. Os colaboradores, clientes, fornecedores e outros stakeholders podem sempre ter acesso à última versão do referido Plano, no site da PSML no local: <https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/informacao-financeira/relatorio-anti-corrupcao/>

Até à data não foram registadas quaisquer ocorrências ou identificados riscos de ocorrência, <https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/informacao-financeira/relatorio-identificativo-de-ocorrencias/>

D. Deveres especiais de informação

1. A Parques de Sintra utiliza para o cumprimento dos deveres de informação, nomeadamente relativos ao report de informação económica e financeira, o carregamento na plataforma do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) e o portal do Tribunal de Contas, nomeadamente:
 1. Prestação de garantias financeiras ou assunção de dividas ou passivos de outras entidades,
 2. Grau de execução dos objetivos fixados,
 3. Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento,
 4. Orçamento anual e plurianual,
 5. Documentos anuais de prestação de contas,
 6. Relatórios trimestrais de execução orçamental.
2. O cumprimento dos deveres de transparência e informação, ao público em geral e aos acionistas, a que a PSML está sujeita é realizada através das plataformas indicadas no ponto anterior e através do seu sítio na internet.

E. Sítio na Internet

1. O endereço para divulgação de informação relevante é www.parquesdesintra.pt
Encontra-se divulgada toda a informação legalmente exigida no sítio da internet.
No sítio da internet da sociedade é possível consultar de forma direta:
 - a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do C.S.C.: <https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/quem-somos/missao/> e <https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/informacao-financeira/>
 - b) Estatutos atualizados: https://www.parquesdesintra.pt/wp-content/uploads/2013/06/Decreto-Lei-n.%C2%BA-205_20121.pdf
 - c) Titulares dos órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares: <https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/orgaos-sociais/> e respetivas remunerações e outros benefícios: <https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/informacao-financeira/relatorio-sobre-remuneracoes/>
 - d) Documentos de prestação de contas anuais: <https://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/informacao-financeira/relatorio-e-contas/>

- e) Obrigações de serviço público a que a PSML está sujeita: <http://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/prestacao-de-servico-publico/>
- f) Modelo de financiamento subjacente e apoio financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios: <http://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/esforco-financeiro-publico/>

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. A Parques de Sintra recebeu as atribuições de serviço público, delegadas pelo Estado, pelo Decreto-Lei 205/2012 de 31 Agosto, relativas à manutenção e desenvolvimento das atividades da Escola Portuguesa de Arte Equestre (EPAE). Competências estas que estavam atribuídas à Fundação de Alter Real (FAR) pelo Decreto-Lei n.º48/2007 (a representação do País, pela colocação da Coudelaria e da Escola Portuguesa de Arte Equestre ao serviço do Protocolo do Estado e a manutenção e desenvolvimento das atividades da Escola Portuguesa de Arte Equestre) e que com extinção da Fundação de Alter Real, através do Decreto-Lei n.º 109/2013 de 1 de agosto, foram transferidas para a PSML com o objetivo de incrementar e desenvolver o património cultural da Escola Portuguesa de Arte Equestre e a sua missão de contribuir, através da seleção, treino e exibição para a divulgação da raça Lusitana da linha genética de Alter, o Decreto-Lei n.º 205/2012, de 31 de agosto, transferiu, entretanto, para a Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A., as atribuições de serviço público relativas a esta Escola. Sediada nos Jardins do Palácio Nacional de Queluz, e com apresentações no Picadeiro Henrique Calado, na Calçada da Ajuda (Belém), a EPAE promove o ensino, a prática e a divulgação da Arte Equestre tradicional portuguesa. Os cavalos da EPAE são Lusitanos da Coudelaria de Alter Real, antiga coudelaria da Casa Real Portuguesa.
2. A prossecução da atividade da EPAE é assegurada exclusivamente pelas receitas geradas pela própria Escola e pelas receitas da PSML. Em 2018, como resultado das atividades que desenvolve, a EPAE recebeu um total de 7.752 visitantes, em treinos abertos ao público, em apresentações e em galas.
3. A Prestação de Serviço Público encontra-se concretizada nomeadamente no acordo/protocolo celebrado com a Companhia das Lezírias, para o fornecimento de cavalos de puro sangue lusitano que permitirá a renovação do efetivo da EPAE.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas de acordo com a Lei na Assembleia Geral de 8 de junho de 2015.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral	08/06/2015
--	------------------	------------

Nota: este mapa deverá ser completado e adaptado ao modelo de governo em vigor na entidade.

2. As despesas apresentadas para reembolso são autorizadas para pagamento sempre por um Administrador diferente de quem as realizou.
3. Foram apresentadas declarações pelos administradores nomeados a confirmar que se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses. Seguem em anexo a este relatório.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Na PSML não organizada como uma comissão de fixação de remunerações.



Handwritten initials in blue ink.

C. Estrutura das Remunerações

1. A remuneração dos órgãos de administração e fiscalização é definida por Lei segundo o Decreto Lei n.º 71/2007 de 27 de março alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012 de 25 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012 de 14 de fevereiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012 de 26 de março e do Despacho n.º 764/SETF/2012 da SETF de 24 de maio. As remunerações incluem os cortes salariais previstos na Lei n.º 12-A-2010, da Lei 159-A/2015 de 30 dezembro, das valorizações remuneratórias nos termos do Despacho n.º 3746/2017 e a política remuneratória que consta na Lei do OE2018. Não existe nenhum tipo de remuneração variável nem atribuição de prémios, nem regimes complementares de pensões.
2. A remuneração da administração foi fixada por Lei. A administração da PSML aceitou e assinou o Contrato de Gestão, onde existiam objetivos para o órgão de administração, mas este não está assinado pela Tutela.
3. O Contrato de Gestão não está em vigor, não estão definidas quaisquer remunerações de natureza variável.
4. Não existe qualquer diferimento da componente variável uma vez que não está definida qualquer remuneração variável.
5. O Contrato de Gestão não está em vigor, não estão definida qualquer remuneração por atribuição de prémio.
6. Os administradores da PSML não beneficiam de qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

D. Divulgação das Remunerações

1. Remuneração auferida pelos membros do órgão de administração da PSML:

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr. Manuel Baptista	Sim	C	4.578,20 €	1.739,72 €
Dr.ª Sofia Cruz*	Sim	C	4.578,20 €	1.831,28 €
Dr. José Lino Ramos	Sim	C	3.662,56 €	1.465,02 €
Dr.ª Dorabela Charneca	Sim	C	3.662,56 €	1.465,02 €

*Como presidente desde 20-09-2018

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Dr. Manuel Baptista	39.067,31 €		39.067,31 €	- 1.953,37 €	37.113,94 €
Dr.ª Sofia Cruz**	72.813,78 €		72.813,78 €	- 2.353,21 €	70.460,57 €
Dr. José Lino Ramos	67.389,99 €		67.389,99 €	- 2.197,56 €	65.192,43 €
Dr.ª Dorabela Charneca	19.167,45 €		19.167,45 €	- 622,64 €	18.544,81 €
			198.438,53 €	- 7.126,78 €	191.311,75 €

**Como Vogal até 19-09-2018 e como Presidente do CA a partir de 20-09-2018

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.



*Je d
du*

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual da Entidade	Encargo Anual da Entidade	Encargo Anual da Entidade	Identificar	Valor
Dr. Manuel Baptista	6,41 €	993,55 €	C.G.A.	13.879,75 €		1.409,58 €		
Dr.ª Sofia Cruz	4,77 €	1.068,48 €	Segurança Social	17.315,14 €				
Dr. José Lino Ramos	4,77 €	1.035,09 €	Segurança Social	16.063,95 €				
Dr.ª Dorabela Charneca	4,77 €	290,97 €	Segurança Social	4.588,62 €				
		3.388,09 €		37.967,71 €		1.409,58 €		

2. Não foram pagos quaisquer montantes, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.
3. Não foi pago qualquer montante sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.
4. Não foram pagas ou devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.
5. Durante o exercício de 2018 os membros do Órgão Fiscal foram remunerados, conforme informação que conta do ponto V.E.3. deste relatório.
6. Durante o exercício de 2018 os membros da mesa da Assembleia Geral não foram remunerados, conforme informação que conta do ponto V.B.1. deste relatório.

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Os mecanismos implementados pela PSML para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas são idênticos aos procedimentos e processos de controlo aplicados às transações com as outras entidades uma vez que decorrem sempre da atividade da PSML. A PSML não tem transações com partes relacionadas no âmbito da aplicação da Norma de Relato Financeiro 5. Os procedimentos implementados relativos às transações comerciais mitigam o risco de a posição financeira e resultados serem afetados pela existência de transações com partes relacionais
2. Informação sobre outras transações:
 - a. Em todas as aquisições de bens e serviços, a empresa cumpre os procedimentos do Código da Contratação Pública. A empresa realiza todas as transações em condições de mercado, nos termos do Código da Contratação Pública e através da plataforma eletrónica Vortal, com exceção das aquisições de imóveis e de peças de acervo, para as quais a empresa recorre a avaliadores externos, credenciados pela CMVM e DGTF.
 - b. Todas as transações da ocorreram nas condições de mercado no âmbito da Contratação Pública.
 - c. Em 2018, a PSML teve dois fornecedores de serviços externos (FSE) com faturação superior a um milhão de euros:
 - i. NIF:514004185 - MULTITRAB - TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA - 2.381.042,83€
 - ii. NIF:503942570 - FCM - CONSTRUÇÕES SA - 1.343.704,30€

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

1. Estratégias adotadas com vista à sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental. A sustentabilidade económica da PSML, no cumprimento da sua missão, depende fundamentalmente da cobrança de receitas provenientes dos visitantes e conseqüentemente da capacidade de atração e satisfação dos mesmos. O crescimento do número de visitantes, maioritariamente estrangeiros, tem sido a principal preocupação da empresa. Este crescimento tem-se verificado sempre nos últimos anos, com um aumento, no último ano, de 10% face a 2017.



A PSML gere património do Estado e as atividades que desenvolve, nomeadamente a recuperação e conservação de espaços e património edificado, resultam mais-valias introduzidas em cada um dos bens à sua guarda, que os acionistas e o público em geral devem poder conhecer e acompanhar através das demonstrações financeiras e da divulgação institucional (por vários canais de comunicação).

A estratégia de rigor de atuação decorre da excecional posição empresarial que a PSML ocupa no universo dos instrumentos de gestão de património público e do nível de bens que gere. A PSML procura ser exemplar nas boas práticas e na competência com que cuida dos jardins, florestas e monumentos que lhe estão afetos e na forma como os divulga, coloca ao dispor do público e fomenta a sua investigação. Neste sentido, a PSML ambiciona ser a melhor gestora de parques históricos em Portugal e potenciar a sua experiência, partilhando-a e procurando aplicá-la noutros locais semelhantes. Os prémios que a empresa recebe todos os anos são a parte visível do sucesso desta estratégia.

Estando os parques de Sintra numa zona de alto risco de incêndio, constitui prioridade a respetiva prevenção bem como a beneficiação florestal. A certificação florestal obtida e a sua manutenção é um ponto estratégico e essencial. Em 2018 a prevenção e combate aos fogos florestais concretizou-se em investimentos e gastos, dos quais cumpre destacar os seguintes: Manutenção de uma equipa de sapadores florestais em Protocolo com a Câmara Municipal de Sintra, que iniciou funções durante o ano de 2017; Celebração de protocolos com o município de Sintra, com vista à dotação das mesmas de equipamentos adequados e atualizados no combate aos fogos; Celebração de protocolo com o Regimento de Artilharia Antiaérea de Sintra para limpeza e vigilância da Serra de Sintra; Apoio à GNR através da recuperação dos postos de vigia de Nafarros, Alcoitão e Pedra Amarela, e de ajuda financeira para manter o seu funcionamento para além da fase Charlie.

A estratégia adotada ao longo dos anos tem sido devidamente explicitada nos Relatórios da Gestão e nos bons resultados evidenciados nas sucessivas prestações de contas

- 2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade. "Mais visitantes, melhor divulgação dos Parques de Sintra e melhores condições de acolhimento", com este mote a PSML prossegue uma política de recuperação do património à sua guarda: as recuperações são executadas com a maior qualidade possível e à vista dos visitantes (divulgação) e concebidas de forma a permitir oferecer novos polos de visita e conseqüente aumento de receitas. A satisfação dos visitantes é assegurada através da qualidade dos serviços oferecidos: pela escolha e formação criteriosa do pessoal de acolhimento e dos guias das visitas; pela implementação de serviços de apoio à visita (lojas, cafetarias, entre outros); e pela informação fornecida aos visitantes.*

Em 2018, a formação ministrada aos colaboradores que realizam Atendimento ao Público teve como principal objetivo a temática da segurança, refrescando conhecimentos ao nível da Fenomenologia e Combustão de Extintores, Suporte Básico de Vida, Utilização e Manutenção de Equipamentos Desfibriladores, Métodos e Técnicas de Prevenção de Ações de Ataque Terrorista e Planos de Evacuação de Pessoas em Caso de Emergência. Para além disto, foram financiadas e geridas formações que conferem carta de condução de veículos pesados de mercadorias (C), bem como condução de atrelados (B+E e C+E) a colaboradores desta área de trabalho. Mantendo como foco a temática da segurança, foi ministrada formação e HACCP – Segurança Alimentar aos colaboradores da área da Restauração/Cafetarias. Para além disto, os estes últimos participaram em formações na área de Catering e Protocolo, bem como de Gestão e Organização de Eventos. A todos os colaboradores que lidam com logística, foram ministradas formações em PHC, Gestão de Stocks e Inventários, na qual também participaram colaboradores de funções administrativas e financeiras.

No que concerne os colaboradores afetos à área de Jardins e Florestas, como é usual, no processo de admissão, foi ministrada formação sobre a utilização dos instrumentos de trabalho e equipamentos de proteção individual. Para além disto, foi ministrada formação de revisão de conhecimentos no âmbito do manuseamento de máquinas e equipamentos de trabalho florestal, tais como motosserras, motorçadoras, sopradores e equipamentos das áreas de exploração florestal. Por forma a agir em conformidade com as novas imposições legais no que concerne ao manuseamento e condução de máquinas agrícolas e florestais, foi ministrada formação em condução e operação de tratores em segurança a todos os colaboradores que trabalham, ou podem vir a trabalhar, com estes equipamentos. Paralelamente, foram financiadas e geridas

formações que conferem carta de condução de veículos pesados de mercadorias (C), bem como condução de atrelados (B+E e C+E) a colaboradores desta área de trabalho. Por fim, à Direção Técnica do Património Natural foi ministrada formação especializada em Arboricultura. No âmbito da melhoria da acessibilidade ao visitante portador de deficiência, foi ministrada formação sobre a implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, bem como formação em Comunicação Aumentativa, por forma a expandir competências. Destacam-se, ainda, participações em workshops, conferências, colóquios e congressos de temáticas pertinentes, tais como a Conferência Proteger e a Conferência Gestão Florestal Responsável.

Relativamente à área da recuperação e conservação do Património Construído, destacam-se formações ao nível da Engenharia Civil, tais como a certificação Project Management Professional e em Redes Prediais Águas e Esgotos e Dimensionamento de Madeiras, segundo o Eurocódigo 5. Por outro lado, foram ministradas formações que visam a conservação de documentos e peças de valor histórico de natureza variada, tais como a Conservação de Documentos, métodos e técnicas de Conservação Preventiva e Conservação, reabilitação e restauro de revestimentos tradicionais. Para além das formações referidas, salientam-se, ainda, participações em workshops, conferências, colóquios e congressos de temáticas pertinentes, como o Encontro de Arqueologia, o Congresso IIC 2018, o Colóquio DIAITA e o Congresso Património Artístico.

Aos equitadores da Escola Portuguesa de Arte Equestre foram ministradas formações em gestão técnica de Coudelaria e em Treinador Grau 1.

Ao longo do ano de 2018, uma grande percentagem do investimento alocou-se também à formação profissional das Áreas de Apoio da empresa, nomeadamente, ao nível do aperfeiçoamento do inglês e dos conhecimentos em MSOffice, formações na área de Finanças e Contabilidade – Matemática, Gestão Fiscal, IVA - Regras de Faturação e Regime de Bens em Circulação, Atualização Fiscal em IVA, SAF-T, Taxonomias e Tributação Autónoma, Alterações ao Código Contributivo – Formações na área de Gestão de Recursos Humanos – Direito Laboral, Gestão Administrativa de RH, Auditoria ao Payroll, Gestão da Formação, Absentismo Laboral, PHC Relatório Único, PHC Mapas, Filtros, Análises e IDUS, Plataforma SIGO, Grelhas de Performance – formações na área de Comunicação e Programação Cultural – Protocolo, Marketing Estratégico – e formações na área Informática – VMWare vSphere: Install, Configure, Manage [v6.5], VVWSOS6.5 - VMWare vSphere: Optimize & Scale (v6.5), Fujitsu Eternus User Group e Outsystems. Para além disto, os colaboradores destas áreas também puderam atualizar conhecimentos e trocar experiências com outros profissionais em encontros e conferências tais como o Encontro Conhecimento e Cultura, a Conference Awwwards 2018 e a Conferência Transformação Digital da Contratação Pública.

Por fim, de um modo transversal, e de acordo com as necessidades sentidas pelas várias áreas em 2018, foi ministrada formação em Excel Elementar, Médio e Avançado, Gestão de Projetos com o MS Project, Sensibilização/Iniciação ao Regulamento Geral da Proteção de Dados, Inglês Básico para colaboradores de áreas operacionais, como a Manutenção e trabalhadores da Escola Portuguesa de Arte Equestre, Formação de Formadores, Contratação Pública Geral, Fase Pré Contratual, Execução de Contratos e ainda Contratação Pública aplicada a Obras e Empreitadas. Por fim, como habitual, foi ministrada formação de Integração aos novos colaboradores, ou colaboradores já contratados e que necessitavam de refrescar conhecimentos, na qual se inclui formação institucional, formação sobre software de front-office, stocks e logística e procedimentos de caixa, equipamentos de bilhética e visitas guiadas aos vários espaços sob gestão.

No âmbito das diretivas da sua política de responsabilidade social, a PSML continuou a investir no acolhimento de estágios curriculares e no estabelecimento e conservação de parcerias com diversas entidades de formação – nacionais e internacionais – ao longo do ano de 2018. A população abrangida por estes estágios é bastante diversa, desde alunos que se encontram a concluir o ensino secundário, alunos que se encontram a realizar uma especialização técnico-profissional, alunos do ensino superior, a cidadãos portadores de deficiência intelectual.

No âmbito da atividade dos Jardins e Florestas, a PSML colaborou com o IEFP de Sintra, o CECD Mira Sintra, a Faculdade de Motricidade Humana, a Professional Gardeners Guild, os Gunnebo Gardens e com a Università Statale degli Studi di Milano.

No âmbito das áreas do Turismo, Gestão de Empresas Turísticas, Lazer e Animação e Estudos da Cultura, a PSML colaborou com o projeto Sintra Inclui, com o IEFP de Sintra, o IEFP de Alcoitão, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, a Escola Técnica e Profissional de

Mafra, a Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos, a Escola de Hotelaria de Fátima, a Escola Básica e Secundária de Gama Barros, a Escola Secundária de Santa Maria, o Agrupamento de Escolas de Carcavelos, o IGOT, a Citeforma, a Universidade do Algarve, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Instituto Superior de Novas Profissões.

No âmbito da História de Arte, Museologia e Conservação e Restauro, a PSML colaborou com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Universidade Nova de Lisboa e com a Universidade de Tomar.

Para além do acima mencionado, também foram acolhidos estágios no âmbito da Gestão de Eventos Culturais, Informática, Gestão de Recursos Humanos, Comunicação, Restauração/Catering e Arte Equestre, tendo a empresa colaborado com o IEFP de Sintra, o CECD Mira Sintra, o Agrupamento de Escolas de Queluz Belas, o Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, a Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos, a AERLIS, o IGOT, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a Universidade Católica de Lisboa, a Universidade Europeia, a Universidade da Beira Interior, a Universidade de Tomar, o University College of Birmingham e, ainda, com a Universidade de Paris - Campus Fontainebleau.

Durante o ano de 2018 a PSML acolheu um estagiário na área de Serviço Educativo e, no âmbito do programa de Estágios Emprego financiado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, e promoveu sete estágios profissionais financiados pela própria empresa, reforçando as suas equipas nas áreas de História da Arte (1), Informática (3), Geografia e Território (1), Direito Administrativo (1) e Recursos Humanos (1). Em 2018, a PSML doou quatro cadeiras de rodas usadas à Associação Salvador, aquando da substituição das mesmas por modelos mais recentes. Os equipamentos foram posteriormente distribuídos por associados em situações de carência.

No âmbito da política ambiental, a empresa desenvolve variadas atividades de proteção e conservação ambiental, das quais destacamos as mais relevantes:

- desde 2010 que a empresa tem vindo a realizar planos de gestão florestal para todas as áreas florestais que se encontram sob sua gestão, aprovados pelo ICNF.*
- desde 2008 que a empresa adotou o manual de boas práticas florestais publicado pelo ICNF.*
- a empresa prossegue um plano de tratamento de efluentes, tendo instalado uma Fito-ETAR no Parque de Monserrate, em substituição de fossas tradicionais.*
- a empresa instalou em 2012 um projeto didático sobre energias renováveis na Quintinha de Monserrate com o objetivo de sensibilização dos visitantes para o uso racional de energia.*
- a empresa encontra-se a implementar uma política de gestão dos resíduos sólidos com a instalação de ecopontos de separação de resíduos sólidos urbanos.*
- a empresa mantém certificação de gestão florestal sustentável através do mecanismo FSC (Forest Stewardship Council) após as auditorias de 2018.*
- No âmbito da política de minimização de impactes ambientais, a empresa adotou o uso exclusivo de óleos biodegradáveis em todos os equipamentos de apoio aos trabalhos florestais e de jardins.*
- Sensibilizada para as várias vertentes de salvaguarda do Património, e no âmbito da sua política de responsabilidade ambiental, a Parques de Sintra é sócia da Colher para Semear desde 2012, contribuindo de forma ativa para os objetivos do projeto através do cultivo, preservação e salvaguarda de 16 variedades regionais de hortícolas.*
- Em 2016 a PSML realizou um projeto que visou aproveitar a instalação das estações radioelétricas numa localização alternativa, de forma a minorar o impacto ambiental das mesmas, dadas as responsabilidades da PSML enquanto entidade responsável pelo ordenamento e preservação ambiental do Parque da Pena e Santa Eufémia. O projeto foi concluído ainda em 2016 e apresentado aos operadores com vista à criação de um modelo de gestão para estas instalações.*
- Em 2017 a PSML voltou a participar no "Reino de Natal", uma iniciativa da Câmara Municipal de Sintra que decorreu no Parque da Liberdade e em todo o centro histórico de Sintra. No Parque da Liberdade foram dinamizadas atividades de sensibilização ambiental, com a Quintinha de Monserrate como pano de fundo, dirigidas aos grupos escolares e famílias.*

• Os resíduos produzidos na PSML, em 2018 foram encaminhados para um operador devidamente licenciado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Os resíduos são segregados nas oficinas, ou nos locais em que são produzidos, consoante a sua natureza e contaminação. Todas as recolhas são acompanhadas por uma guia de acompanhamento de resíduos (GAR), de acordo com a legislação em vigor e registadas anualmente na plataforma eletrónica Siliamb.

• Em 2018 foi dada continuidade ao modelo de manutenção dos jardins, nos jardins de Queluz, em articulação com a política de responsabilidade social da empresa, através da contratação de serviços prestados por equipas de pessoas com vulnerabilidade e dificuldades de integração e acesso a emprego em condições de igualdade de oportunidades, coordenadas pela Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) CECD – Mira Sintra.

No âmbito da responsabilidade social, a PSML promove desde 2007 um protocolo com os serviços prisionais, no âmbito do qual recebe regularmente reclusos em regime aberto ao exterior, que se candidatam, são selecionados pelos serviços prisionais e depois pela empresa, e trabalham em média cerca de 6 a 7 meses antes do fim da pena. Na manutenção de algumas zonas ajardinadas, a PSML estabelece contratos com as CERCIS dos concelhos de Sintra e Cascais e emprega colaboradores com mobilidade reduzida em serviços adequados.

Em 2018, realizaram-se duas iniciativas de dádiva de sangue promovidas pela PSML, em associação com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação e com a Associação de Dadores de Sintra. A primeira iniciativa realizou-se no dia 10 de junho, no terreiro do Palácio Nacional de Sintra, e a segunda teve lugar no dia 27 de dezembro, no largo do Palácio Nacional de Queluz. Prevêem-se duas novas ações de dádiva de sangue para 2019, dando continuidade a esta recente iniciativa.

Durante o ano de 2018, realizaram-se quatro ações de voluntariado, com um total de cerca de 160 voluntários. Todas as ações tiveram como objetivo a erradicação manual de espécies invasoras lenhosas, tendo sido recebidos grupos do Agrupamento de Escuteiros de Rio de Mouro, do Colégio Catarina de Bragança e do Leroy Merlin de Sintra. Destaca-se, ainda, a participação da PSML na organização do World Clean Up Day, a 15 de setembro, em colaboração com a Litter Hero.

É igualmente de salientar o protocolo celebrado com a Associação Plantar 1 Árvore, para apoio ao projeto LIFE VOLUNTEER ESCAPES, cofinanciado pela Comissão Europeia. O protocolo prevê apoio financeiro da PSML, até um montante máximo de 60.000€, no âmbito da Lei do Mecenato, com o objetivo de suportar despesas não elegíveis no âmbito da candidatura em questão, quando previamente identificadas e justificadas. Este montante de apoio será repartido pelos anos de implementação da candidatura, 2018, 2019 e 2020, para um valor máximo anual de 20.000€. A PSML fornecerá, também, mediante pagamento, alojamento e alimentação aos voluntários que se propõe receber no decorrer do projeto VOLUNTEER ESCAPES, durante dois anos, com início em julho de 2018. Este apoio incide num máximo de oito voluntários por cada período consecutivo de seis meses. A todos os voluntários, a PSML assegura, igualmente, formação de acolhimento.

Durante o ano de 2018 foram recebidos 10 voluntários do LIFE VOLUNTEER ESCAPES, por períodos variáveis entre dois a seis meses. Estes voluntários efetuam o controle manual de espécies invasoras, plantações, manutenção de caminhos pedestres, entre outros trabalhos, nas áreas sob gestão da PSML e noutras áreas do Parque Natural de Sintra-Cascais.

As ações de voluntariado nos laranjais do Palácio Nacional de Queluz, no âmbito da parceria entre a PSML e a Entrajuda, realizam-se todos os anos. Em março de 2018, realizaram-se três ações, nas quais foram recolhidos 2.750kg de laranjas. Os frutos apanhados são entregues a instituições de carácter social. Em 2018 o beneficiário deste donativo foi o Centro Social da Sagrada Família, em Sintra.

A PSML associou-se à iniciativa mundial “World Cleanup Day – Dia Mundial sem Lixo” e realizou uma ação pública de voluntariado, que incidiu na limpeza e recolha de lixo na envolvente da Lagoa Azul. Esta ação teve como objetivo principal a limpeza física de locais de fruição pública na Paisagem Cultural de Sintra e a sensibilização para o problema global da acumulação de lixo. A iniciativa realizou-se no dia 15 de setembro e foi aberta à participação de todos os interessados.

a) Políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável:

No âmbito do projeto, "Parques de Sintra Acolhem Melhor", iniciado em 2013, que implicou um investimento de cerca de 1,9 milhões de euros, dos quais 25% são financiados pelo Programa de Intervenção para o Turismo (PIT), do Turismo de Portugal, foram melhoradas as condições de acessibilidade e desenvolvidas soluções tecnológicas inovadoras para melhor acesso aos conteúdos, tanto ao nível do património natural como do património edificado gerido pela empresa.

O património edificado, parques e jardins foram alvo de adaptação, com a recuperação de caminhos, novas instalações sanitárias adaptadas, desenho e instalação de mobiliário acessível, papeleiras e corrimãos, definição de lugares de estacionamento, instalação de rampas e revisão da sinalética, entre outros. A nova aplicação mobile Talking Heritage 3.0 inclui grafismo com maior contraste, auto-vocalização, conteúdos de áudio-descrição e de Língua Gestual Portuguesa. Em desenvolvimento desde 2014, teve o seu lançamento durante o ano de 2016. A aplicação foi distinguida com uma Menção Honrosa pela Acesso Cultura em 2016. Os conteúdos de Língua Gestual Portuguesa e os Gestos Internacionais foram desenvolvidos pela Associação Portuguesa de Surdos. Prevê-se o desenvolvimento e inserção de conteúdos de Gestos Internacionais para os restantes parques.

O projeto tem sido promovido por múltiplas formas: Publicidade em imprensa online, incluindo adaptação do site para melhor transmissão das condições de acessibilidade aos monumentos; Desenvolvimento de vídeos promocionais para cada monumento, mostrando as condições de acessibilidade disponíveis; Participação em conferência internacional "Accessible Tourism: Opportunity for All" - EWB "Europe Without Barriers", Lucignano, Toscana; Participação em conferência "Turismo acessível - a caminho da igualdade" no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Turismo, organizado pela Câmara Municipal de Tavira; Participação em conferência "Turismo para Todos" no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Turismo, organizado pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal; "Selo de Empresa Inclusiva" atribuído pela Câmara Municipal de Sintra.

Foram realizadas formações com vista à aprendizagem do modo de funcionamento dos equipamentos colocados à disposição do visitante, para transmissão de novos conteúdos e acolhimento de novos Recursos Humanos. As formações incluíram colaboradores de Cafeteria, Loja, Assistentes de Apoio ao Visitante, Operadores de Bilheteira e Guias.

Manteve-se a colaboração com diversas associações, nomeadamente com a Associação Portuguesa de Surdos (APS) para formação de Língua Gestual; com a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) e com a Associação Salvador para melhorias no atendimento; e com a Acesso Cultura, em que colaboradores frequentaram formações de áudio-descrição para desenvolvimento de conteúdos inclusivos.

- b) Políticas para a promoção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial: no âmbito da promoção e proteção ambiental a PSML desenvolveu o projeto BIO+SINTRA com o objetivo da comunicação para a redução das emissões de carbono e proteção da biodiversidade, obteve a certificação Florestal (FSC), realiza ações de voluntariado com vista a uma maior sensibilização social, em muitas das operações no Património Natural recorre-se a técnicas tradicionais e sustentáveis de preservação da floresta (como por exemplo o recurso à tração animal), visitas educativas, o uso de veículos elétricos, com o intuito de inverter a perda de biodiversidade do património agrícola português a PSML realiza o Projeto Colher para Semear, realiza uma inventariação das espécies que habitam nos Parques e uma sensibilização para a preservação das mesmas. No âmbito da legalidade e da ética empresarial a PSML associou-se à GRACE no sentido de aumentar as suas competências e realizou formações nestas matérias para rever o Plano de Gestão de Riscos e de Prevenção contra a Corrupção. A PSML também aderiu à iniciativa Compromisso Pagamento Pontual.
- c) Planos de igualdade entre homens e mulheres: o resultado das boas práticas seguidas e implementadas pela PSML neste domínio, o CITE considerou que não é possível atribuir diferenças salariais na PSML entre os trabalhadores e as trabalhadoras devido ao sexo, não sendo estas estatisticamente significativas (relatório bianual de 2015 <http://www.parquesdesintra.pt/wp-content/uploads/2016/04/CITE-Calculadora-DSG-Motivos-da-disparidade-Modelo-Simples.pdf>).

d) Medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género:

- esforço na inclusão da dimensão de género na comunicação interna e externa (comunicações, impressões, publicações, documentos, sites, etc), ou seja, política comunicacional não discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género;
- os critérios e procedimentos de recrutamento e seleção de recursos humanos tem presente o princípio de igualdade e não discriminação em função do género, cumprindo os requisitos legais e regulamentares na conceção dos anúncios de recrutamento e seleção de candidatos;
- em processos de recrutamento e seleção procuramos equilibrar a participação de homens e mulheres por função/área;
- esforço na procura de equilíbrio de género nos grupos de trabalho/áreas/departamentos, júris, etc;
- a PSML na sua política salarial, assegura o cumprimento de “salário igual para trabalho igual” entre todos os colaboradores sem discriminação de género, aplicando o mesmo princípio na atribuição de remunerações e sem nunca penalizar nenhum colaborador pelas suas responsabilidades familiares.

e) Políticas de recursos humanos:

Em 2018 a PSML manteve o investimento realizado no ano de 2017 ao nível das formações relacionadas com as funções de atendimento ao público, assistindo-se ainda a um aumento do número de formações de carácter técnico no âmbito da Engenharia e Arquitetura. Em 2018 a PSML continuou a colaborar com entidades de formação profissional nacionais e europeias com vista ao aumento da empregabilidade de alunos do ensino secundário, profissional ou superior e/ou cidadãos em situação fragilizada no âmbito da sua política de responsabilidade social, nomeadamente no acolhimento de estágios curriculares.

f) Medidas de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias, com o objetivo de criação de valor para o acionista (e diminuição de riscos): No que se refere à criação de valor para os acionistas, que lhe entregaram património para gestão, a PSML, na prossecução da sua missão, regista todas as benfeitorias (investimentos) realizadas em cada propriedade recebida, de modo a que seja possível a cada acionista acompanhar as mais-valias aí geradas.

Em todas as áreas de atividade, a empresa procura a introdução de inovação e a exploração de novas tecnologias, em colaboração com empresas especializadas e universidades. Os principais projetos desenvolvidos ou ainda em implementação são os seguintes:

- um anel de fibra ótica que liga todos os espaços sob gestão da empresa
- sistema botânico de informação geográfica (georreferenciação e classificação botânica de todas as árvores dos Parques da Pena e Monserrate)
- um vasto sistema de videovigilância baseado em câmaras CCTV
- aplicações digitais para apoio à visita de espaços naturais e monumentos (projetos Talking Trees, Talking Heritage e Fala Comigo)
- sistema de controlo eletrónico do estacionamento ao longo da Calçada da Pena
- disponibilização de rede wifi em todos os locais de visita
- a funcionalidade Indoor Maps para os Palácios da Pena, Sintra, Queluz e Monserrate, passando a ser possível, a qualquer utilizador da plataforma Google Maps (através de computador e equipamentos mobile - Android e IOS), aceder às plantas de cada um destes palácios, nos seus diferentes níveis. Parceria entra Google com a Parques de Sintra
- no segundo semestre de 2016 foi implementado um novo canal de venda de bilhetes através de Kiosks de pagamento automático com cartão. Esta forma de atendimento ao visitante permite de uma forma muito simples e rápida aumentar a fluidez no início da visita e a sua satisfação global, que foi ampliado com novos equipamento durante o exercício de 2017.
- está na fase final de implementação a loja on-line , com o objetivo de dinamizar as vendas destes artigos aumentando o seu âmbito de mercado, também para uma base internacional.



X. Avaliação do Governo Societário

1. Na Assembleia Geral para aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2017 realizada no dia 29 de março de 2018 foram atribuídas ao Conselho de Administração as seguintes recomendações do acionista Estado.

“O acionista Estado vota favoravelmente a aprovação do relatório e contas da Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A. referentes ao exercício de 2017, tendo em consideração a apreciação da Certificação Legal de Contas e o parecer do Fiscal Único, bem como do Relatório do Governo Societário de 2017, recomendando ao Conselho de Administração que diligencie no sentido de:
i) Tomar medidas com vista à redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores conforme disposto na Resolução de Conselho de Ministros n.º34/2018, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril; ii) promover uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que fomento o equilíbrio operacional, no termos do artigo 55.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018”

2. Diligências realizadas:

Foi implementado e melhorado o sistema de gestão administrativa e work flow de aprovações para todas as aquisições com validações dos documentos desmaterializados por forma a agilizar e controlar o processo até à realização do pagamento. Está previsto a desmaterialização do processo de pagamento e arquivo dos comprovativos dos mesmos com ligação ao ERP.

Com vista à otimização da estrutura dos gastos operacionais foi desenvolvido um sistema de controlo orçamental ligado ao processo de autorização das despesas, foram revistas as políticas de uso de viaturas e telemóveis e de reembolso de despesas. Foi dada, formação constante aos colaboradores, nomeadamente nas melhores práticas de contratação pública com vista a concorrer a um Acordo Quadro em vigor na ESPAP.

PRÉMIOS E DISTINÇÕES

Prémio Grémio Literário

Menção honrosa no Prémio Grémio Literário, atribuída à exposição e ao catálogo “Monserrate Revisitado – A Coleção Cook em Portugal”.

Prémio Reconhecimento de Boas Práticas em Responsabilidade Social - Associação Portuguesa de Ética Empresarial

Candidatura “Sem diferenças Desafio no Património” - Distinção com o Prémio Reconhecimento de Boas Práticas em Responsabilidade Social, na categoria “Comunidade”, atribuído pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), pelo trabalho desenvolvido no âmbito do projeto “Património Gera Inclusão”, que possibilita o acesso ao trabalho, à formação profissional e à Cultura por parte de reclusos/as em Regime Aberto Voltado para o Exterior.

EUROPA NOSTRA – Jardim Botânico

Prémio da União Europeia para o Património Cultural / Prémio Europa Nostra 2018, atribuído à recuperação do Jardim Botânico do Palácio Nacional de Queluz, na categoria Conservação. Concomitantemente, e pela primeira vez entregue a um projeto em Portugal, o Jardim Botânico do Palácio Nacional de Queluz recebeu também o Prémio da Escolha do Público. Os prémios foram entregues numa cerimónia em Berlim, durante a primeira Cimeira Europeia do Património Cultural.

World Travel Award

Atribuído à Parques de Sintra, na categoria “Melhor Empresa do Mundo em Conservação”, pelo 6º ano consecutivo. Considerados internacionalmente os “óscars do turismo”, os World Travel Awards visam reconhecer, premiar e celebrar a excelência em todos os setores da indústria do turismo. Os prémios representam uma das distinções mais importantes que as empresas do ramo

turístico podem receber, sendo a marca reconhecida globalmente como selo de qualidade. A votação é realizada pelo público em geral e por profissionais do Turismo. Este ano, Lisboa acolheu a cerimónia de entrega de prémios em que se celebrou igualmente do 25º aniversário do evento que todos os anos reúne os representantes mais significativos do setor.

XI. ANEXOS DO RGS

Como anexos ao relatório da entidade estão incluídos os seguintes documentos:

- 1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2018.*
- 2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.*
- 3. Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.*
- 4. Ata da reunião da Assembleia Geral, que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2017.*

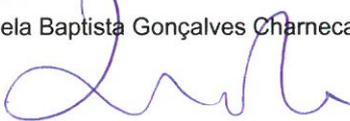
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



Florinda Sofia Augusto Cruz (Presidente)



Dorabela Baptista Gonçalves Chameca (Administradora)



José Lino Fonseca Ramos (Administrador)

EXTRATO
ATA N.º 773

Aos 27 de março de 2019, pelas 15 horas, reuniu na sede social o Conselho de Administração da PARQUES DE SINTRA – MONTE DA LUA, SA, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Sintra, sob o número único de pessoa coletiva e matrícula número 515174839, com o capital social de dois milhões e quinhentos mil euros (doravante abreviadamente “Sociedade” ou “PSML”).

Encontravam-se presentes todos os Administradores nomeados, designadamente, a Presidente do Conselho de Administração Dr.ª Sofia Cruz, e os Vogais do Conselho de Administração Dr. José Lino Ramos e Dr.ª Dorabela Charneca, pelo que este órgão estava em condições de reunir e deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: ...

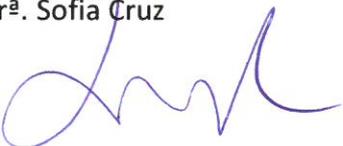
PONTO DOIS: Relatório de Gestão e Contas e Relatório do Governo Societário

O Conselho deliberou por unanimidade a aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2018 e a aprovação do Relatório do Governo Societário 2018.

PONTO TRÊS: ...

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada, pelas 17.20 horas, e dela lavrada a presente ata assinada por todos os presentes.


Dr.ª Sofia Cruz


Dr. José Lino Ramos


Dr.ª Dorabela Charneca

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018
Parques Sintra - Monte da Lua, SA

1. ENQUADRAMENTO

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, em articulação com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), cumpre ao Conselho Fiscal (CF) da Parques Sintra - Monte da Lua, SA (PSML), elaborar relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório e Contas (R&C) e Relatório de Governo Societário (RGS) da empresa, referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2018.

O R&C foi elaborado pelo CA da PSML, nos termos das orientações emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através do ofício circular n.º 1116, de 12 de março de 2019, e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

As Demonstrações Financeiras da PSML referentes ao exercício de 2018 contemplam o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, tendo sido auditadas pela Cascais, Pêga Magro e Roque, SROC, Lda., que emitiu a Certificação Legal de Contas em 29 de março de 2019, a qual faz parte integrante do R&C da PSML.

2. ATIVIDADE FISCALIZADORA DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF da PSML foi nomeado em 19 de setembro de 2018, acompanhando de forma regular, no âmbito das suas competências, a gestão da sociedade e atividade desenvolvida pela empresa.

Para o efeito, foi solicitada toda a documentação julgada como conveniente e adequada ao bom entendimento das operações, tendo sido obtidos junto do CA e da Direção Financeira todos os esclarecimentos necessários.

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o CF contactou o Revisor Oficial de Contas da empresa responsável pela fiscalização e revisão de contas, tendo acompanhado o trabalho de auditoria efetuado pelo mesmo.

Em síntese, as atividades mais importantes desenvolvidas pelo CF no exercício de 2018, foram as seguintes:

Mês	Descrição das atividades
Novembro	Reunião com o CA e responsável financeiro da PSML, para apresentação da empresa e do CF
Dezembro	Elaboração e aprovação do sistema de classificação das propostas e dos convites a endereçar às entidades no âmbito do processo de seleção do ROC Elaboração e aprovação do Regulamento do CF

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício de 2018, o CF analisou o respetivo Relatório e Contas da PSML, da responsabilidade do CA, que nos foi presente em 29 de março de 2019, e o qual integra:

- (i) O Relatório de gestão;
- (ii) As demonstrações financeiras compostas pelo balanço, demonstração de resultados por natureza, demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa;
- (iii) O anexo às demonstrações financeiras, bem como a Certificação Legal de Contas emitida pela Cascais, Pêga Magro e Roque, SROC, Lda.

Foi analisado o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado em cumprimento do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE) e das orientações emanadas pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas emitida pelo ROC em 29 de março de 2019, a qual certifica as demonstrações financeiras da PSML referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitindo sobre as mesmas um parecer limpo, sem reservas e sem ênfases.

3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O âmbito de gestão da PSML tem sido sucessivamente aumentado desde 2012, com especial enfoque para os exercícios de 2017 e 2018, nos quais foram afetos à empresa mais territórios e equipamentos, passando de um total de 400 hectares, em 2012, para 1 175 hectares, em 2018.

Este acréscimo não se reflete apenas no aumento de 10% no n.º de visitas face a 2017, mas também no aumento dos encargos operacionais, e dos investimentos em recuperação e conservação dos parques, monumentos e zonas florestais.

3.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA

Para melhor caracterizar o desempenho económico da PSML selecionou-se um conjunto de indicadores conforme consta do quadro seguinte:

Unid.: milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
Rendimentos operacionais	35 344	31 367	3 977	13%
Vendas e serviços prestados	34 429	30 651	3 778	12%
Subsídios à exploração	14	7	7	104%
Trabalhos para a própria entidade	901	709	192	27%
Gastos operacionais	-18 690	-17 791	899	5%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-2 098	-1 905	193	10%
Fornecimentos e serviços externos	-10 872	-10 284	588	6%
Gastos com o pessoal	-5 721	-5 602	118	2%
Outros rendimentos e gastos	-312	-1 468	-1 156	-79%
Perdas por imparidade de dívidas a receber	0	3	-3	-100%
Provisões	0	0	0	0%
Outros rendimentos e ganhos	536	633	-97	-15%
Outros gastos e perdas	-848	-2 104	-1 256	-60%
Resultados				
EBITDA	16 342	12 107	4 235	35%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 833	-3 404	430	13%
EBIT	12 508	8 703	3 805	44%
Resultado financeiro	-34	-24	-10	41%
Resultado antes de impostos	12 475	8 680	3 795	44%
Impostos	-3 307	-2 724	583	21%
Resultado Líquido	9 168	5 955	3 213	54%

A PSML registou em 2018 um acréscimo significativo nos Resultados Líquidos no montante de 3,2 M€ (+54%), para o que contribuíram as seguintes variações:

- ✓ Expressivo aumento dos rendimentos operacionais em cerca de 4 M€, decorrente do crescimento do volume de negócios em 3,8 M€ (+12%), por via das receitas das bilheteiras, restauração e lojas. Esta evolução deve-se essencialmente ao acréscimo do n.º de visitas (+10%), uma vez que o preço dos bilhetes se manteve inalterado nos últimos dois anos. Em outubro de 2018, foi implementado um tarifário anual estabelecendo-se como preço único o valor de referencia para a época alta.
- ✓ Acréscimo controlado dos gastos operacionais de 900 mil euros (+5%), apesar da integração de novas propriedades sob sua gestão, com impacto ao nível dos gastos com a prevenção e combate aos fogos, limpeza e reflorestação e manutenção e conservação do património. Refira-se, neste âmbito, que a falta de recursos humanos tem contribuído para o recurso ao trabalho temporário, com o conseqüente incremento dos gastos com fornecimentos e serviços externos, e ao trabalho extraordinário onerando os gastos com pessoal.
- ✓ Redução muito significativa do saldo negativo de outros rendimentos e gastos, no montante de 1,2 M€ (-79%), com destaque para o decréscimo de outros gastos e perdas, designadamente da rubrica de donativos. Em 2018, esta rubrica registou um saldo de 566 mil euros, dos quais 500 mil euros foram atribuídos à Camara de Sintra, enquanto que em 2017 foram atribuídos 1 934,4 mil euros, destacando-se um protocolo celebrado entre a PSML, a Fundação CulturSintra, FP, o Município de Sintra, e os nove corpos de bombeiros do Município de Sintra, com vista a apoiar a aquisição de viaturas de combate a incêndios, bem como de equipamentos de proteção individual.

Em resultado da evolução das anteditas rubricas, o EBITDA e o EBIT atingiram, em 2018, 16,3 M€ e 12,6 M€, representando um crescimento muito favorável de 35% e 44%, respetivamente, face a 2017.

Acresce ainda destacar, que a PSML não recorre ao Orçamento de Estado e o seu modelo de gestão é inteiramente suportado por receitas próprias, inclusive a recuperação e manutenção do património gerido.

3.2. POSIÇÃO FINANCEIRA

Financeiramente, a PSML apresentou em 2018 uma estrutura patrimonial equilibrada, caracterizada por um ativo líquido de 50,7 M€, evidenciando um acréscimo de 6,8 M€ comparativamente com o ano transato.

Deste montante, cerca de 63% corresponde a ativos fixos, registando-se em 2018 um acréscimo de 7 M€, sendo que 12,8% deste valor configuraram trabalhos para a própria empresa, mantendo a PSML uma política de internalização da gestão e execução dos projetos de beneficiação do património sob sua gestão.

O ativo corrente totalizou 18,5 M€, destacando-se o peso da rubrica de Caixa e Depósitos bancários (78,4%), em cujo saldo se encontram incluídos cerca de 11,8 M€ aplicados em depósitos à ordem no IGCP. O restante valor corresponde a pagamentos e adicionais por conta do Imposto sobre o Rendimento (IRC) realizados em 2018.

No que respeita aos valores passivos, a quase totalidade respeita a passivo corrente (99%), destacando-se o valor em dívida ao Estado no montante de 3,8 M€ referente a IRC apurado em 2018 e a IVA a pagar, e o valor em dívida a fornecedores no montante de 2 M€, dos quais 70% correspondem a faturas registadas em dezembro do próprio ano.

O passivo financeiro da PSML foi todo liquidado a 31 de dezembro de 2016, não tendo sido contratualizados novos empréstimos.

Em termos de situação patrimonial, a PSML registou um aumento do Capital Próprio de 5,7 M€ (+15%), justificado pelo acréscimo das reservas livres e do resultado líquido positivo apurado no exercício.

4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA

1. Objetivos de Gestão

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o exercício de 2018 e do PAO para 2018 não ter sido ainda ratificado, os pressupostos gerais para o exercício em análise foram os seguintes:

Objetivo /indicador	Formula de Cálculo	Unidade	Peso objetivo	PAO 2018	Executado Valor	Executado	Execução ponderada
N.º de visitas anuais	Total de visitas em todo o património gerido pela PSML	número	20%	3 448 241	3 513 200	101,9%	20,4%
Projetos recuperados ⁽¹⁾	N.º de projetos recuperados	número	20%				
Volume de negócios (VN)	Vendas + Prest. Serv. -Sub. Explor+Rend. Suplem.	milhares €	10%	33 245	34 428	103,6%	10,4%
Margem EBITDA	EBITDA/VN	%	10%	49,4%	47,5%	96,2%	9,6%
Resultado Líquido	Resultado Líquido apurado	milhares €	10%	8 893	9 168	103,1%	10,3%
Peso dos gastos no VN	Total de gastos operacionais/VN	%	20%	50,7%	50,9%	100,4%	20,1%
Eficiência	Gastos operacionais/ EBITDA	%	10%	104,1%	108,9%	104,6%	10,5%
Total			100%				81%

⁽¹⁾ Não foi quantificado. A PSML propõe que este indicador seja o nível de investimento realizado na recuperação de Património construído e natural tendo como meta o valor proposto no PAO de cada exercício

2. Gestão do Risco Financeiro

A PSML não tem qualquer passivo financeiro. Os gastos registados como encargos financeiros correspondem a gastos e encargos com a manutenção da disponibilidade de contas correntes caucionadas, terminadas em 2018, e encargos com rendas dos alugueres operacionais de viaturas (AOV).

3. Limite de crescimento do endividamento

A PSML não recorre a qualquer financiamento.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Em 2018, de acordo com informação disponibilizada pela PSML, o prazo médio de pagamentos situou-se nos 43 dias registando um acréscimo de um dia face a 2017. Uma vez que se situa abaixo dos 45 dias, cumpre o disposto na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

Refira-se que, a 31 de dezembro de 2018, não existiam dívidas com prazo superior a um ano, situando-se, na generalidade (98%), abaixo dos 90 dias.

O aumento do PMP resulta do registo de faturas de elevado valor em dezembro, o que influencia o cálculo do indicador.

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Na Assembleia Geral de 29 de março de 2018, foi recomendado ao CA que diligenciasse no sentido de:

- (i) Tomar medidas com vista à redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores conforme disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril (DR, 2.ª série, n.º 71, de 13 de abril);

- (ii) Promover uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que fomente o equilíbrio operacional, nos termos do artigo 55.º da LEO para 2018.

De acordo com a informação constante do R&C, a empresa adotou um conjunto procedimentos no sentido de atingir os objetivos propostos, prevendo-se a melhoria no próximo exercício dos valores dos rácios indicados.

6. Remunerações

A PSML evidencia ter dado cumprimento às orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2018 para os órgãos sociais, designadamente, membros da Mesa da Assembleia Geral, membros do Conselho de Administração e membros do Órgão de Fiscalização.

7. Aplicação do Estatuto do Gestor Público (EGP)

A PSML indica ter dado cumprimento ao disposto nos artigos 32.º (Utilização de cartões de crédito) e 33.º (utilização de viaturas) do Estatuto do Gestor Público.

8. Despesas não documentadas

No exercício de 2018, a empresa não apresentou qualquer tipo de despesas não documentadas ou confidenciais, dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

A PSML elaborou e divulgou o relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março.

10. Relatório anual sobre a prevenção da corrupção

A PSML elaborou e divulgou o relatório anual sobre a prevenção da corrupção, conforme determina o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

11. Contratação pública

Em matéria de Contratação Pública, a PSML declara não deter nenhuma participação noutras empresas e indica ter realizado todas as aquisições ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, dispondo para o efeito de um Manual de Controlo Interno no qual se encontram descritos os procedimentos de contratação.

12. Sistema nacional de compras públicas

A PSML está integrada no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) desde 2015, exercício em que efetuou aquisições de bens ao abrigo de Acordos Quadro.

13. Medidas de redução dos gastos operacionais (PRC)

Nos termos do n.º 3 do artigo 145.º do DL n.º 33/2018, de 15 de maio (DLEO 2018), devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2017, os seguintes gastos operacionais:

- a) Gastos com o pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes de indemnizações por rescisão da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do previsto na Lei do Orçamento de Estado;
- b) Conjunto de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Neste âmbito, o comportamento em 2018 das referidas rubricas encontra-se registado no quadro seguinte:

unid.: milhares de euros

PRC	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
CMVC	2 097	1 905	192	10%
FSE	10 872	10 284	588	6%
Gastos com o pessoal	5 721	5 602	118	2%
i) Indemnizações pagas por rescisão	2	34	-32	-94%
ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	0	5	-5	-100%
iii) Impacto da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29/12	0	20	-20	-100%
Gastos com o pessoal corrigidos de encargos i), ii) e iii)	5 719	5 543	175	3%
Gastos operacionais corrigidos (GO)	18 688	17 732	955	5%
Volume de negócios (VN) corrigido de subsídios à exploração	34 604	30 823	3 781	12%
Subsídios à exploração	14	7	7	104%
Eficiência operacional (GO/VN)	54,0%	57,5%	-4%	-6%
Conjunto de gastos operacionais previstos nas alíneas b) e c) do n.º 3 do art.º 145.º do DLEO 2018				
Deslocações e alojamentos	44	48	-4	-8%
Ajudas de custo	33	35	-2	-6%
Gastos com a frota automóvel	408	410	-2	0%
Subtotal de gastos alínea b)	485	493	-8	-2%
Estudos e pareceres, projetos e consultoria	513	0	513	n.a.
Subtotal de gastos alínea c)	513	0	513	n.a.
Total de gastos alíneas b) e c)	998	493	505	102%

Em 2018, a PSML registou uma redução de 6% no rácio da eficiência operacional decorrente do acréscimo do volume de negócios de 12% comparativamente com o aumento dos gastos operacionais corrigidos em 3%. Quanto mais significativo for o acréscimo do volume de negócios menor é o valor absoluto deste indicador.

O aumento registado em CMVC, traduziu-se positivamente num acréscimo da margem bruta decorrente do crescimento mais que proporcional do respetivo volume de vendas.

O comportamento negativo da rubrica de FSE resulta do efeito do acréscimo dos gastos com trabalho temporário ao qual a empresa teve de recorrer para colmatar as necessidades de recursos humanos face ao aumento da área e património sob sua responsabilidade.

No que respeita aos gastos com o pessoal, a PSML terminou o exercício de 2018 com menos 42 trabalhadores que no ano anterior, o que implicou o recurso ao trabalho extraordinário, contribuindo, entre outras situações, para o acréscimo do saldo corrigido dos gastos com o pessoal em cerca de 3%.

Quanto ao conjunto dos gastos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 3 do art.º 145.º do DLEO 2018, destacam-se dos encargos com estudos, pareceres, projetos e consultoria no montante de 513 milhares de euros face à ausência de gastos desta natureza em 2017, e o aumento da frota automóvel por via da aquisição de 2 viaturas *pickup*, nos termos do despacho do SEF, estando prevista para 2019 a aquisição de mais 4 *pickups*.

14. Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

Por Despacho da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE (IGCP), em Ofício n.º SGC - 18059 de 22 de novembro de 2017, a PSML foi autorizada à dispensa parcial do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, tendo sido excecionada do cumprimento da UTE em 2018, apenas no que respeita aos valores inerentes aos empréstimos bancários contraídos e aos valores objeto de recolha os quais devem ser quinzenalmente transferidos para o IGCP.

No final de 2018, o total das disponibilidades ascendia a 14 471 milhares de euros, dos quais 14 436 milhares eram depósitos à ordem, na sua quase totalidade (81,8%) aplicados no IGCP.

15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

De acordo com informação constante do R&C, a PSML foi auditada pelo Tribunal de Contas em 2016 não tendo recebido nenhuma recomendação daquele organismo.

5. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE, o CF é de parecer que o Relatório do Governo Societário de 2018 da PSML inclui informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II - Secção II do antedito diploma e foi elaborado em conformidade com o modelo proposto pela UTAM.

6. PARECER

Considerando os documentos de prestação de contas, nos quais se incluem a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo CA, a Certificação Legal de contas emitida pelo Revisor Oficial de contas, bem como o Relatório do Governo Societário, concluímos que:

- ✓ O relatório de gestão cumpre as orientações legais sobre a evolução da gestão da sociedade, contemplando um capítulo individualizado sobre o cumprimento das respetivas obrigações legais, refletindo a atividade da empresa ao longo do ano e a sua evolução económica e financeira face ao período homólogo, evidenciando os factos mais relevantes.
- ✓ As demonstrações financeiras refletem a posição financeira e o resultado da atividade da PSML no exercício findo a 31 de dezembro de 2018;
- ✓ O Relatório do Governo Societário cumpre os requisitos de informação legalmente estabelecidos;

- ✓ A Certificação Legal de Contas pronuncia-se favoravelmente sobre as Demonstrações Financeiras e respetivos Anexos;
- ✓ Os documentos supra referidos satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de parecer favorável que a Assembleia Geral:

1. Aprove o Relatório e Contas do exercício de 2018, bem como o Relatório de Governo Societário referente ao mesmo ano, apresentados pelo Conselho de Administração da PSML;
2. Aprove a proposta de aplicação de resultados;
3. Proceda à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 2 de abril de 2019

O Presidente,



Rui Pinho Bandeira

A Vogal Efetiva,

ANA RITA
FERNANDES PEREIRA
DE AGUIAR BARRELA
Assinado de forma digital por
ANA RITA FERNANDES PEREIRA
DE AGUIAR BARRELA
Dados: 2019.04.02 15:31:50
+01'00'

Ana Rita Aguiar Barrela

Paulo Fonseca

Handwritten signatures in blue ink.

De: Sofia Cruz
Enviado: 1 de abril de 2019 15:23
Para: Paulo Fonseca
Assunto: FW: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Para seu conhecimento

Sofia Cruz
Presidente do Conselho de Administração
Tel.: +351 21 923 73 01 Tlm.: +351 96 927 92 52
sofiacruz@parquesdesintra.pt

Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.
Parque de Monserrate 2710-405 Sintra
www.parquesdesintra.pt / www.facebook.com/parquesdesintra
Pense Sintra, não imprima este email



De: Deveres de Informação dos Gestores Públicos [mailto:paznunes@igf.gov.pt]
Enviada: quarta-feira, 21 de novembro de 2018 14:44
Para: Sofia Cruz
Assunto: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Exm^o(^a) Sr.(a)

Este email confirma que completou o formulário intitulado Deveres de informação dos gestores públicos relativo à entidade **Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.** e que foi gravado com sucesso.

Se tiver outras perguntas ou duvidas relacionadas com este assunto, por favor, contacte Deveres de Informação dos Gestores Públicos através do endereço electrónico paznunes@igf.gov.pt.

Com os melhores cumprimentos,



Jl ^{*h*}
Dur

Paulo Fonseca



De: Dorabela Charneca
Enviado: 1 de abril de 2019 15:20
Para: Paulo Fonseca
Assunto: FW: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Dorabela Charneca

Administradora

Tel.: +351 21 923 73 02 Tlm.: +351 93 626 50 36

dorabela.charneca@parquesdesintra.pt

Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.

Parque de Monserrate 2710-405 Sintra

www.parquesdesintra.pt / www.facebook.com/parquesdesintra

From: Deveres de Informação dos Gestores Públicos [mailto:paznunes@igf.gov.pt]
Sent: 29 de novembro de 2018 12:54
To: Dorabela Charneca <dorabela.charneca@parquesdesintra.pt>
Subject: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Exm^o(^a) Sr.(a)

Este email confirma que completou o formulário intitulado Deveres de informação dos gestores públicos relativo à entidade **Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.** e que foi gravado com sucesso.

Se tiver outras perguntas ou duvidas relacionadas com este assunto, por favor, contacte Deveres de Informação dos Gestores Públicos através do endereço electrónico paznunes@igf.gov.pt.

Com os melhores cumprimentos,



AUTORIDADE DE AUDITORIA

2 2
an

ATAS

ATA NÚMERO QUARENTA E NOVE

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas dez horas, teve lugar na sua sede social, sita no Parque de Monserrate, em Sintra, a assembleia geral anual de dois mil e dezoito, da Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A., (PSML), sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 505174839, com o capital social de 2.500.000€, tendo estado presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social: os direitos do Estado como acionista detentor de 35% do capital, exercidos através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, devidamente representado pelo Dr. Paulo Jorge Rodrigues Mateus; o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., detentor de 35% do capital, representado pelo Dr. Paulo Salsa; o Turismo de Portugal, I.P., detentor de 15% do capital, representado pelo Dr. Carlos Abade; e a Câmara Municipal de Sintra, detentora de 15% do capital, representada pela Dra. Piedade Mendes.-----

Nos termos do n.º 3 do artigo 374.º do Código das Sociedades Comerciais presidiu aos trabalhos o presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Paulo Jorge Duarte Gomes, tendo sido coadjuvado pelas secretárias, Dra. Ana Elisabete de Assunção Militão e Dra. Ana Paula Fernandes dos Santos. Estiveram ainda presentes, o presidente e os vogais do Conselho de Administração da PSML, respetivamente, Dr. Manuel Simões Carrasqueira Baptista, Dra. Florinda Sofia Augusto Cruz, e Dr. José Lino Fonseca Ramos, o fiscal único da Sociedade, Dr. Pedro Nuno Ramos Roque. Em conformidade com o disposto no n.º 6, do artigo 379.º, do Código das Sociedades Comerciais, mereceu ainda, autorização do senhor presidente da mesa da assembleia geral, bem como da assembleia, a presença do Diretor Administrativo e Financeiro, Dr. Paulo Fonseca.-----

O senhor presidente da mesa da assembleia geral saudou os presentes, atestou que a assembleia geral foi regularmente convocada, ao abrigo do artigo 377.º, do Código das Sociedades Comerciais, e conferindo a regularidade das presenças deu início à assembleia geral.-----

Entrando no **ponto um** da ordem de trabalhos, "Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2017", foi dada a palavra ao presidente do Conselho de Administração que, no uso dela e após cumprimentar todos os presentes, fez uma breve exposição relativamente ao trabalho levado a cabo pela empresa em 2017, documentada em suporte informático.-----

Começou por referir que o atual modelo de gestão do património da empresa é caso único em Portugal, não recebendo quaisquer contributos do Orçamento do Estado, recorrendo apenas a receitas próprias e aos fundos provenientes das candidaturas nacionais e internacionais.-----

Em 2017 as receitas totais alcançaram cerca de 30,8 Milhões de Euros, representando um crescimento em cerca de 19,8%. face ao ano transato. Por sua vez, os investimentos totalizaram o montante de 6,020 Milhões de Euros, valor aquém do pretendido. -----

Referiu que as receitas obtidas são investidas em obras ao património, sendo que, quanto maior as receitas, maior o investimento efetuado. As principais fontes de receitas advém, não só dos bilhetes, mas também das lojas e cafetarias, salientando que há três anos que os preços dos bilhetes dos parques não sofreram qualquer alteração. -----

No que diz respeito ao número de visitantes em 2017, estes ultrapassaram os 3.192.816, representando um crescimento do número de visitas em 21,6%, face a 2016. Realçou que em termos de nacionalidades, os portugueses encontram-se, atualmente, em primeiro lugar, tendo tal aumento ocorrido na sequência do alargamento da gratuidade para o dia completo de domingo.-----

ATAS

Folha 41

aos municípios do concelho de Sintra, que se encontram isentos do pagamento no acesso, aos monumentos sob gestão da PSML.-----

Em 31 de dezembro de 2017 a estrutura de recursos humanos da PSML era constituída por 311 colaboradores, face aos 271 registados em 2016.-----

Subordinado ao conceito “*Aberto para obras*”, a realização de obras é efetuada à vista do público, tendo sido dado como exemplo a recuperação do Jardim de Malta, perspetivando-se a sua total recuperação dentro de quatro meses.-----

Em termos de responsabilidade social, referiu a existência do projeto “*Parques de Sintra acolhem melhor*”, através do qual a empresa faculta às pessoas com mobilidade reduzida uma visita com boas condições, possibilitando, inclusivamente, visitas guiadas com linguagem gestual, projeto este financiado pelo Turismo de Portugal, tendo já sido premiado. A empresa tem vindo ainda a desenvolver outras formas de inclusão social, designadamente, através de um *call-center* preparado para receber surdos-mudos, e maquetes para invisuais. -----

No que concerne às grandes intervenções realizadas no exercício de 2017, o presidente do Conselho de Administração destacou os seguintes projetos: *i)* no Palácio Nacional da Pena, foi efetuada a requalificação da entrada principal, restauro das salas de claustro e conservação e restauro do claustro manuelino, restauro da sala de fumo, revisão dos sistemas de impermeabilização do terraço do Tritão e das coberturas do claustro; *ii)* no Parque da Pena, recuperou-se o templo das Colunas e o conjunto do edificado do Nora, e efetuou-se a conservação da Estátua do Guerreiro; *iii)* no Palácio Nacional de Sintra foi concluída a segunda fase de implementação do novo circuito de visita, que contemplou a instalação de uma nova loja, bem como, o restauro do pátio do Leão e de Diana; *iv)* no Palácio Nacional e Jardins de Queluz o restauro do jardim botânico, recuperação da ponte de acesso ao jardim botânico e muros e intervenção no terraço da sala dos embaixadores; *v)* na Escola Portuguesa de Arte Equestre a recuperação do *pátio* da Nora; *vi)* no Convento dos Capuchos a recuperação da rede de caminhos interiores e a recuperação do perímetro florestal envolvente; *vii)* no Farol do Cabo da Roca o protocolo celebrado com a Direção Geral da Autoridade Marítima, encontrando-se aprovado o plano de gestão; *viii)* na Quinta da Peninha, frisou que em junho de 2017 a empresa celebrou um protocolo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. e a empresa de ambiente de Cascais, visando a co-gestão deste espaço, encontrando-se já elaborado o plano de gestão. -----

Ao nível da programação cultural foram referidos, a título exemplificativo, a realização do primeiro concerto virtual em *video mapping* produzido em Portugal, a temporada de música erudita a decorrer em vários palácios, a primeira edição do ciclo de cinema ao ar livre, a exposição “*Monserrate Revistado*” e o mercadinho no Castelo dos Mouros. Referiu ainda que a iniciativa as “*Noites de Queluz*” continuam a ter lotação esgotada.-----

Referiu, por fim, que a empresa tem sido objeto de prémios e distinções, dando como exemplo o *World Travel Award*, na categoria de “*Melhor Empresa do Mundo em Conservação*”.-----
Seguidamente, foi dada a palavra ao Dr. Paulo Fonseca, que apresentou os principais resultados obtidos pela empresa em 2017. Concluída a exposição do Conselho de Administração, o presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra aos acionistas, para se pronunciarem relativamente à exposição. O representante do acionista Turismo de Portugal, I.P., assinalou a atividade exemplar da empresa, referindo o aumento do seu crescimento, focada na valorização do património cultural, não só para os turistas como para os residentes, dando os parabéns ao Conselho de Administração pelos resultados alcançados ao nível económico e financeiro. O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., enalteceu a atividade da empresa, e constatou que embora o volume de negócios tenha aumentado em cerca de 20%, bem como o nº de visitantes face ao ano anterior, mas que o resultado líquido não tinha igual expressão, influenciado pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos, tendo questionado se o custo de angariação de novos visitantes/clientes tinha atingido o seu limite. Tomando a palavra, o Dr. --

JL
AP
Amc

ATAS

Folha 42

Paulo Fonseca esclareceu que o aumento dos fornecimentos e serviços externos deveu-se ao aumento de atividade e aos gastos com a prevenção do combate aos incêndios, e que não era expectável que a situação se verificasse no exercício seguinte. O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. questionou, ainda, o motivo da redução dos resultados da escola equestre, ao que a Dra. Florinda Sofia Augusto Cruz esclareceu que, tal resulta de ainda não ter sido recuperado o investimento realizado no picadeiro. O Dr. José Lino Fonseca Ramos aclarou que, apenas com maior número de equídeos é possível realizar um maior número de espetáculos, e logo, arrecadar mais receita. O presidente do Conselho de Administração frisou que foi concretizado um protocolo com a Companhia das Lezírias, S.A., no sentido de obterem um maior de equídeos. Seguidamente, tomou a palavra a representante da Câmara Municipal de Sintra, que no uso da mesma fez referência às atividades desenvolvidas pela empresa, nomeadamente, obras, investimentos e recuperações ao património, considerando que a PSML tem uma excelente gestão financeira, com capital próprio, sem passivos financeiros, fazendo uma boa gestão das suas receitas próprias, salientando ser uma boa parceira do município, pelo que, vai naturalmente votar favoravelmente as contas da empresa, tendo em conta a certificação legal de contas do revisor oficial de contas. Por último, tomou a palavra o representante do acionista Estado que agradeceu a excelente apresentação do Conselho de Administração. -----

Colocado o ponto um da ordem de trabalhos à votação foi deliberado por unanimidade a aprovação do relatório de gestão e as contas do exercício de 2017. O representante do acionista Estado pediu a palavra para efetuar a seguinte declaração de voto: *“O acionista Estado vota favoravelmente a aprovação do relatório e contas dos Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A., referentes ao exercício de 2017, tendo em consideração a apreciação da Certificação Legal de Contas e o parecer do Fiscal Único, bem como do Relatório de Governo Societário de 2017, recomendando ao Conselho de Administração que diligencie no sentido de: i) Tomar medidas com vista à redução do prazo médio de pagamento a fornecedores conforme o disposto na Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril; ii) promover uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que fomente o equilíbrio operacional, nos termos do artigo 55.º da Lei do Orçamento do estado para 2018.”* -----

Entrando no **ponto dois** da ordem de trabalhos “Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados”, o presidente da mesa da assembleia geral questionou a assembleia quanto à eventual existência de uma proposta no âmbito deste ponto, para além da proposta apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido do resultado líquido positivo apurado no exercício de 2017, no montante de 5.955.396,42 euros, e encontrando-se a reserva legal já dotada em 20% do Capital Social, nos termos do artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais, e seguindo a lógica do ano transato, fosse aplicado aquele resultado da seguinte forma: *i) distribuição de dividendos no valor de 10% do resultado líquido pelos acionistas na proporção da participação no capital da PSML (208.438, 87 euros para cada um dos acionistas Estado e ICNF e o montante de 89.330,95 euros para cada um dos acionistas Câmara Municipal de Sintra e Turismo de Portugal); ii) cobertura da conta de resultados transitados, no montante de 130.830,16 euros; e iii) aplicado o remanescente do resultado líquido, no valor de 5.229.026,62 euros, em reservas livres.* Por sua vez, o representante do acionista Estado, fazendo uso da palavra, referiu que, considerando a atual estrutura económica e financeira da empresa, os resultados líquidos positivos apurados em 2017, os previstos para 2018, e ainda, os investimentos projetados para o exercício em curso, propunha a seguinte aplicação de resultados: *i) dividendos no montante de 3.000.000,00 euros; ii) resultados transitados no valor de 130.830,16 euros, e iii) reservas livres no montante de 2.824.566,26 euros.* Apresentadas as propostas, a representante da Câmara Municipal de Sintra, fazendo uso da palavra, referiu que apesar de não apresentar nenhuma proposta neste âmbito, era entendimento desse acionista de que o resultado líquido deveria - - -

JL
du
Folha 43
u d

ATAS

permanecer integralmente na empresa uma vez que a sociedade não dispunha de financiamento bancário e que recorria a receitas próprias para realizar os seus investimentos. Por seu turno, o representante do acionista Turismo de Portugal, I.P., referiu que concordava com os argumentos apresentados pelo acionista Estado, dado que a empresa tem apresentado um bom desempenho económico-financeiro, e logo fará sentido proceder à distribuição de dividendos. Apresentadas as duas propostas, no âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, foi primeiramente colocada à votação a proposta do Conselho de Administração, tendo a mesma colhido o voto desfavorável de todos os acionistas. Tendo sido colocada à votação a proposta do acionista Estado, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

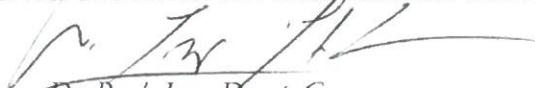
Entrando no **ponto três** da ordem de trabalhos, “Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade” o acionista Câmara Municipal de Sintra apresentou uma proposta de voto de confiança a atribuir ao Conselho de Administração e ao órgão de fiscalização, bem como a cada um dos seus membros, nos termos do artigo 455.º, do Código das Sociedades Comerciais. Colocada esta proposta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Passando ao **ponto quatro** da ordem de trabalhos “Deliberar sobre o Orçamento e Plano de Atividades de 2018”, o representante do acionista Estado solicitou a palavra e propôs que o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 fosse posteriormente objeto de deliberação através de deliberação social unânime por escrito, uma vez, que não foi possível assegurar o cumprimento de todos os formalismos associados ao processo de apreciação do supramencionado documento. Colocado este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

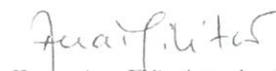
Entrando no **ponto cinco** da ordem de trabalhos “Eleição dos membros do Conselho de Administração, da Mesa da Assembleia Geral e do Fiscal Único”, foi dada a palavra ao representante do acionista Estado que propôs que este ponto fosse objeto de deliberação através de deliberação social unânime por escrito, na medida em que não foi possível assegurar o cumprimento de todos os formalismos associados ao processo de eleição dos membros dos referidos órgãos sociais. Tendo sido colocado à votação foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

Por nenhum dos presentes pretender usar da palavra foi a sessão dada por concluída e encerrada, pelas doze horas, dela se lavrando a presente ata, que, depois de lida e conferida, vai ser assinada pelos membros presentes da mesa desta assembleia.-----

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL,


Dr. Paulo Jorge Duarte Gomes

AS SECRETÁRIAS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL,


Dra. Ana Elisabete de Assunção Militão


Dra. Ana Paula Fernandes dos Santos Tita